



EDITAL DE DIVULGAÇÃO DOS PADRÕES DE RESPOSTAS DAS PROVAS DISSERTATIVAS CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2023

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura do Município de Araraquara, no uso de suas atribuições e em consonância com a Legislação Federal, Estadual e Municipal, e o Instituto Consulpam, responsável pela realização do Concurso Público 004/2023, **DIVULGA** o que segue:

1. Os PADRÕES DE RESPOSTAS DAS PROVAS DISSERTATIVAS do Concurso Público 004/2023, para os cargos constantes no anexo único deste edital.

2. DOS RECURSOS

2.1. O prazo para interposição de recurso, decorrente da discordância do padrão de respostas das provas dissertativas, será de 02 (dois) dias corridos, a contar do dia seguinte da data da publicação deste Edital – **dias 08 e 09 de dezembro de 2.023**, conforme capítulo 7 do Edital de Abertura das Inscrições do referido Concurso Público, acessando o endereço eletrônico www.consulpam.com.br preencher o formulário próprio disponibilizado para recurso e enviá-lo via e-mail: concursoararaquara@consulpam.com.br, com o assunto RECURSO PADRÃO DE RESPOSTA PROVA DISSERTATIVA - ARARAQUARA - CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 004/2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, 06 (seis) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três).

JULIANA FRANCISCO LUJAN
Secretária Municipal de Administração e Presidente
da Comissão de Concursos Públicos e Processos Seletivos



ANEXO ÚNICO

CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2023

PADRÕES DE RESPOSTAS DAS PROVAS DISSERTATIVAS

CARGO: 401 - AGENTE DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Questão 01

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um eixo fundamental para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no país, calcado no emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional; o direito à alimentação escolar. Sobre o PNAE, explique em que consiste esse programa e como são feitos o seu acompanhamento e a sua fiscalização.

Padrão de resposta:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Já o acompanhamento e a fiscalização do PNAE são feitos diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

O Conselho de Alimentação Escolar é responsável pelo controle social do PNAE, isto é, por acompanhar a aquisição dos produtos, a qualidade da alimentação ofertada aos alunos, as condições higiênico-sanitárias em que os alimentos são armazenados, preparados e servidos, a distribuição e o consumo, a execução financeira e a tarefa de avaliação da prestação de contas das Entidades Executoras (EEx) e emissão do Parecer Conclusivo.

O Tribunal de Contas da União é o órgão de controle externo do governo federal que auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade. Ao TCU compete também apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação dos recursos federais.

A Controladoria-Geral da União fiscaliza e avalia a execução de programas de governo, inclusive ações descentralizadas a entes públicos e privados com recursos de orçamento da União; apura denúncias e representações; e executa atividades de apoio ao



controle externo.

Por fim, o Ministério Público desempenha uma função essencial à Justiça no que concerne à defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, a defesa da ordem jurídica e a defesa do regime democrático. Especificamente, ao Ministério Público Federal, compete atuar em casos federais, regulamentados pela Constituição e pelas leis federais, sempre que a questão envolver interesse público. O MPF também age preventivamente, extrajudicialmente, quando atua por meio de recomendações, audiências públicas e promove acordos por meio dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC).

Questão 02

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação em 2004, visando estabelecer procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação a fim de garantir as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado. Levando em consideração a Resolução Nº 216, de 15 de setembro de 2004; explique como deve ser feita a higienização de instalações, equipamentos, móveis e utensílios de serviços de alimentação; informando quem são os responsáveis pelas operações, a frequência e o seu registro e/ou controle.

Padrão de resposta:

(O candidato deve abordar a Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 setembro de 2004.)

As instalações, os equipamentos, os móveis e os utensílios devem ser mantidos em condições higiênico-sanitárias apropriadas.

As operações de higienização devem ser realizadas por funcionários comprovadamente capacitados e com frequência que garanta a manutenção dessas condições e minimize o risco de contaminação do alimento.

Caso as operações de limpeza e, se for o caso, de desinfecção das instalações e equipamentos, quando não forem realizadas rotineiramente, devem ser registradas. Já a área de preparação do alimento deve ser higienizada quantas vezes forem necessárias e imediatamente após o término do trabalho.

Devem ser tomadas precauções para impedir a contaminação dos alimentos causada por produtos saneantes, pela suspensão de partículas e pela formação de aerossóis.

Substâncias odorizantes e ou desodorantes em quaisquer das suas formas não devem ser utilizadas nas áreas de preparação e armazenamento dos alimentos.

Por fim, os utensílios e equipamentos utilizados na higienização devem ser próprios para a atividade e estar conservados, limpos e disponíveis em número suficiente e guardados em local reservado para essa finalidade. E os utensílios utilizados na higienização de instalações devem ser distintos daqueles usados para higienização das partes dos equipamentos e utensílios que entrem em contato com o alimento.

Questão 03

Os resíduos provenientes das atividades de pré-preparo, preparo e distribuição de alimentos



e da limpeza regular das áreas de serviços de alimentação possuem composição semelhante à do lixo domiciliar. Dessa forma, quando não tratados adequadamente, representam risco de contaminação, seja pelo favorecimento da proliferação de microrganismos como as bactérias ou pela atração de vetores. Levando em consideração a legislação vigente, explique como deve ser o manejo dos resíduos de serviços de alimentação, informando o que o estabelecimento deve dispor para o correto armazenamento dos resíduos e quais as especificações devem ser atendidas e o local apropriado para a disposição dos coletores.

Padrão de resposta:

(O candidato deve abordar a Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 setembro de 2004.)

O estabelecimento deve dispor de recipientes identificados e íntegros, de fácil higienização e transporte, em número e capacidade suficientes para conter os resíduos.

Os coletores utilizados para deposição dos resíduos das áreas de preparação e armazenamento de alimentos devem ser dotados de tampas acionadas sem contato manual.

Os resíduos devem ser frequentemente coletados e estocados em local fechado e isolado da área de preparação e armazenamento dos alimentos, de forma a evitar focos de contaminação e atração de vetores e pragas urbanas.

CARGO: 402 - ANALISTA AMBIENTAL

Questão 01

A CONAMA 01 estabelece critérios para a avaliação e mitigação de impactos ambientais resultantes das atividades humanas. Com base nos artigos apresentados nessa norma, discorra sobre a importância dos estudos de impacto ambiental e seus relatórios (EIA/RIMA) como ferramentas essenciais para a preservação e gestão ambiental, considerando a definição de impacto ambiental, os tipos de atividades sujeitas a essa avaliação e os elementos necessários em um RIMA.

Padrão de resposta:

A Resolução CONAMA 01/1986 desempenha um papel crucial na preservação ambiental, ao definir impacto ambiental como qualquer modificação nas características físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, resultante de atividades humanas, capaz de afetar a saúde pública, as atividades socioeconômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do ambiente, bem como a qualidade dos recursos ambientais. No contexto dessa definição, a avaliação de impacto ambiental (AIA) e seus relatórios (EIA/RIMA) surgem como ferramentas essenciais para gerenciar e mitigar esses efeitos adversos.

O processo de AIA é particularmente crucial para atividades listadas no Art. 2º da resolução, como estradas, portos, ferrovias, oleodutos, usinas, projetos urbanísticos e outras intervenções significativas. Os EIA/RIMA incorporam um sistema rigoroso para analisar e abordar os impactos adversos associados a esses empreendimentos. O EIA é a fase inicial, envolvendo a coleta e análise de dados abrangentes sobre o ambiente afetado. Isso resulta em um diagnóstico ambiental, identificando potenciais impactos e suas causas.

No entanto, o coração do processo é o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Este



documento traduz as complexas informações do EIA em linguagem acessível, usando técnicas visuais como mapas, gráficos e diagramas. Importante notar que o RIMA é acessível ao público, promovendo a transparência e permitindo que as partes interessadas compreendam os efeitos das atividades propostas. A divulgação dos possíveis impactos positivos e negativos, bem como das medidas de mitigação, proporciona às comunidades afetadas e às autoridades informações essenciais para decisões informadas.

O RIMA deve ser robusto em detalhes. Ele deve avaliar as alternativas consideradas, analisar os prováveis impactos ambientais durante as fases de construção e operação do projeto, considerar sua magnitude e duração, e indicar as medidas de controle e redução de danos. Também deve examinar os cenários caso o projeto não seja executado. Esse conjunto de informações auxilia os tomadores de decisão a entenderem o escopo completo dos possíveis resultados e a optarem pela alternativa mais benéfica.

Além disso, o processo de AIA promove a participação pública por meio de audiências, permitindo que as comunidades locais expressem preocupações e sugestões. Os órgãos públicos e as partes interessadas podem fazer comentários sobre o RIMA, contribuindo para uma avaliação mais abrangente e precisa dos impactos.

Em conclusão, a CONAMA 01/1986 reconhece a necessidade de considerar o impacto ambiental das atividades humanas e, assim, promover o desenvolvimento sustentável. A avaliação de impacto ambiental e seus relatórios, notavelmente o RIMA, destacam-se como instrumentos cruciais para garantir que as decisões de desenvolvimento sejam bem informadas, transparentes e responsáveis, permitindo uma coexistência harmoniosa entre a busca pelo progresso e a proteção do meio ambiente.

Questão 02

A Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecida no Brasil pela Lei nº 6.938/1981, apresenta diversos instrumentos para promover a proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais. O Artigo 9º dessa lei enumera esses 13 instrumentos. Explique detalhadamente cinco instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme definidos na Lei nº 6.938.

Padrão de resposta:

(O candidato deve abordar em seu texto cinco dos instrumentos elencados no artigo 9º).

O Artigo 9º dessa lei enumera esses instrumentos, abrangendo desde a regulamentação de padrões de qualidade ambiental até a criação de espaços territoriais protegidos.

1. Estabelecimento de padrões de qualidade ambiental: Este instrumento visa determinar critérios e indicadores que definem a qualidade do meio ambiente, buscando prevenir e controlar a poluição. Isso abrange a definição de limites aceitáveis de poluentes nos diversos meios (ar, água, solo), contribuindo para a saúde humana e o equilíbrio ambiental.

2. Zoneamento ambiental: O zoneamento ambiental é uma estratégia de planejamento que divide uma área geográfica em zonas de uso específico, considerando características e potenciais de impacto. Isso permite a gestão diferenciada das atividades em cada zona, visando minimizar conflitos entre desenvolvimento e preservação.

3. Avaliação de impactos ambientais: A avaliação de impactos ambientais é um processo pelo qual se identificam e avaliam os possíveis efeitos adversos de projetos ou atividades sobre o meio ambiente. Essa avaliação ajuda a tomar decisões mais informadas e a adotar medidas mitigadoras para reduzir os impactos negativos.

4. Licenciamento e revisão de atividades poluidoras: O licenciamento ambiental é um



processo pelo qual o Estado autoriza a instalação e operação de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras. A revisão dessas atividades ocorre periodicamente, garantindo a conformidade contínua com as normas ambientais e a adoção de tecnologias mais limpas.

5. Incentivos à produção sustentável e tecnologia: Este instrumento busca estimular práticas ambientalmente amigáveis, por meio de incentivos financeiros ou fiscais, visando à adoção de tecnologias mais limpas, à conservação dos recursos naturais e à promoção do desenvolvimento sustentável.

6. Criação de espaços territoriais protegidos: Isso inclui áreas de proteção ambiental, relevante interesse ecológico e reservas extrativistas, estabelecidas pelo Poder Público nas esferas federal, estadual e municipal. Tais áreas têm a finalidade de conservar a biodiversidade, os recursos naturais e os aspectos culturais das comunidades locais.

7. Sistema nacional de informações sobre o meio ambiente: Esse sistema reúne informações detalhadas sobre o meio ambiente e suas variáveis, permitindo o monitoramento e a tomada de decisões baseadas em dados científicos e técnicos.

8. Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental: O cadastro registra pessoas físicas ou jurídicas que atuam na consultoria técnica sobre problemas ecológicos, assim como na indústria e comércio de equipamentos para controle ambiental. Serve como instrumento de controle e fiscalização.

9. Penalidades disciplinares ou compensatórias: Esta medida prevê sanções para o não cumprimento das obrigações de preservação ou correção da degradação ambiental, incluindo multas, suspensão de benefícios fiscais, perda de incentivos, entre outros.

10. Relatório de Qualidade do Meio Ambiente: Anualmente, o IBAMA divulga um relatório que avalia a qualidade do meio ambiente no país, apresentando dados, análises e projeções sobre indicadores ambientais. Isso fornece informações para a tomada de decisões e ações de melhoria.

11. Garantia da prestação de informações: O poder público é obrigado a fornecer informações sobre o meio ambiente, mesmo que não existam, sempre que solicitadas. Isso promove a transparência e a participação pública na gestão ambiental.

12. Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais: Este cadastro reúne informações sobre atividades que podem causar impactos ao meio ambiente. Ajuda a monitorar e controlar essas atividades, buscando evitar ou minimizar seus efeitos negativos.

13. Instrumentos econômicos: Incentivos econômicos, como a cobrança pelo uso de recursos ambientais, visam não apenas arrecadar fundos, mas também regulamentar o consumo e promover a conservação.

Questão 03

A Resolução CONAMA nº 396, de 3 de abril de 2008, estabelece a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências. A partir dessa resolução, disserte sobre as diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas.

Padrão de resposta:

As diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas são estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 396/2008. O objetivo dessa resolução é garantir a proteção e preservação das águas subterrâneas, que são consideradas bens dos Estados. A resolução estabelece critérios para o enquadramento das águas subterrâneas em classes,



que são definidas de acordo com as características hidrogeológicas dos aquíferos e os seus respectivos usos preponderantes.

O enquadramento das águas subterrâneas em classes é importante para a gestão dos recursos hídricos, pois permite a definição de metas progressivas intermediárias obrigatórias para a sua efetivação. A resolução estabelece que o enquadramento deve ser feito de acordo com os usos preponderantes das águas subterrâneas, que podem ser classificadas em seis tipos: classe especial, classe 1, classe 2, classe 3, classe 4 e não classificadas.

A classe especial é destinada às águas subterrâneas utilizadas para abastecimento humano sem tratamento prévio ou com tratamento simplificado. A classe 1 é destinada às águas subterrâneas utilizadas para abastecimento humano com tratamento convencional ou avançado. A classe 2 é destinada às águas subterrâneas utilizadas para irrigação de hortaliças e frutas que são consumidas cruas ou com casca. A classe 3 é destinada às águas subterrâneas utilizadas para irrigação de culturas que não sejam hortaliças ou frutas consumidas cruas ou com casca. A classe 4 é destinada às águas subterrâneas utilizadas para outros usos não especificados nas classes anteriores.

A resolução também estabelece os valores máximos permitidos para alguns parâmetros físicos, químicos e biológicos presentes nas águas subterrâneas. Esses valores variam de acordo com a classe em que as águas estão enquadradas. Por exemplo, a concentração máxima permitida de nitrato na classe especial é de 10 mg/L, enquanto na classe 4 é de 45 mg/L.

Além disso, a resolução estabelece que os órgãos ambientais devem monitorar periodicamente as águas subterrâneas e avaliar a qualidade dessas águas. Caso seja constatado que as águas estão fora dos padrões estabelecidos pela resolução, os órgãos ambientais devem tomar medidas para corrigir a situação.

A Resolução CONAMA nº 396/2008 também prevê a participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos. Os órgãos ambientais devem promover a participação da sociedade na elaboração dos planos de recursos hídricos e no processo de tomada de decisão sobre o enquadramento das águas subterrâneas em classes.

Em suma, a Resolução CONAMA nº 396/2008 estabelece as diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas em classes. Essa classificação é importante para a gestão dos recursos hídricos e permite a definição de metas progressivas intermediárias obrigatórias para a sua efetivação. A resolução também estabelece os valores máximos permitidos para alguns parâmetros físicos, químicos e biológicos presentes nas águas subterrâneas e prevê a participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos.

CARGO: 403 - ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Questão 01

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, as transferências correntes são um tipo de despesa pública. Descreva o conceito de transferências correntes, explicando a natureza dessas transferências e em que situações elas são realizadas pelo poder público.



Padrão de Resposta:

As transferências correntes são definidas na Lei Federal nº 4.320/64, como uma das categorias de despesas correntes. Elas consistem na transferência de recursos financeiros de um ente público para outro ente público ou privado, sem contrapartida direta em bens ou serviços. Geralmente, essas transferências são realizadas para cobrir despesas correntes do ente receptor, tais como salários, manutenção de serviços públicos, subsídios, entre outros.

As transferências correntes são comuns entre os diferentes níveis de governo, por exemplo, da União para os Estados, dos Estados para os Municípios, etc., e também podem ser feitas para entidades privadas sem fins lucrativos, por exemplo, para instituições de caridade, organizações não governamentais, etc.

É importante ressaltar que, uma vez que as transferências correntes são usadas para cobrir despesas correntes, elas não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de bens de capital. Este é um aspecto chave para distinguir transferências correntes de transferências de capital, que são recursos transferidos para aquisição de bens de capital ou investimentos.

Questão 02

Explique o conceito de créditos adicionais conforme definido pela Lei Federal nº 4.320/64 e descreva os diferentes tipos de créditos adicionais que podem ser autorizados.

Padrão de Resposta:

Créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. A Lei Federal nº 4.320/64 prevê três tipos de créditos adicionais: suplementares, especiais e extraordinários.

Créditos Adicionais Suplementares: São destinados ao reforço de dotações orçamentárias já existentes no orçamento e que se mostraram insuficientes para cobrir as despesas previstas. A autorização para abertura de créditos suplementares pode ser feita por lei ou por ato do Poder Executivo, de acordo com o previsto na lei orçamentária.

Créditos Adicionais Especiais: São destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. A autorização para abertura de créditos especiais deve ser feita por lei, e os recursos para cobertura desses créditos devem ser indicados na mesma lei ou em decreto do Executivo.

Créditos Adicionais Extraordinários: São destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como em casos de guerra, calamidade pública ou comoção interna. A abertura de créditos extraordinários é feita por decreto do Poder Executivo e deve ser submetida ao Congresso Nacional no prazo de 30 dias.

Em todos os casos, os créditos adicionais são incorporados ao orçamento e sujeitos aos mesmos mecanismos de controle e execução das outras despesas orçamentárias.

Questão 03

Os Poderes Administrativos são prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins. Entre esses poderes, está o Poder Disciplinar, que confere à Administração Pública a capacidade de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas



à disciplina administrativa. Explique as características do Poder Disciplinar e discuta a sua importância no contexto da Administração Pública.

Padrão de Resposta:

O Poder Disciplinar é uma prerrogativa da Administração Pública de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

Ele é um poder autônomo, não dependendo de provocação por parte de terceiros para ser exercido, e tem natureza vinculada, ou seja, quando verificada a infração, a Administração tem o dever de agir, não podendo deixar de aplicar a penalidade correspondente.

O Poder Disciplinar é fundamental para o funcionamento eficiente da Administração Pública, pois garante que os servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa atuem de acordo com as normas estabelecidas, contribuindo para a moralidade e a legalidade da atuação administrativa. Além disso, contribui para a manutenção da hierarquia e da ordem dentro da Administração.

Por fim, o Poder Disciplinar desempenha um papel importante na manutenção da ordem e da eficiência em diversos contextos organizacionais, contribuindo para um ambiente de trabalho ou aprendizado saudável e produtivo.

CARGO: 404 - ANALISTA DE PROCURADORIA

Questão 01

A Paróquia de São Bento, jurisdicionada pela Diocese de São Carlos e situada no Município de Araraquara, é proprietária de um imóvel residencial locado a terceiros. Os valores mensais auferidos a título de aluguel são integralmente revertidos em favor das finalidades institucionais da Paróquia, particularmente os custos com a catequese paroquial e a manutenção da liturgia.

Considerando o caso hipotético acima, e com base nas disposições constantes na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional e em outras legislações federais, bem como da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, discorra sobre a questão da exigibilidade do pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel residencial referido, abordando os seguintes aspectos:

- 1) A abrangência da imunidade tributária, nos termos legais;
- 2) O posicionamento do supremo tribunal federal sobre a questão;
- 3) Qual decisão deverá ser tomada pelo município de Araraquara quanto à cobrança de IPTU do imóvel residencial referido no caso hipotético.

Padrão de Resposta:

O candidato deverá dissertar minimamente sobre os aspectos que se seguem.

- a) *É vedada a instituição de impostos que incidam sobre os templos de qualquer culto (CF/88, art. 150, VI, "b") e que incidam sobre o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas (CF/88, art. 150, § 4º). O Código Tributário Nacional, no art. 9º, IV, "b" refere-se à vedação que recai*



sobre todos os entes federados no que tange à cobrança de impostos sobre templos de qualquer culto. O Decreto n. 7.107/2010, no art. 15 (a citação do Decreto, aqui, se configura como diferencial do candidato, que demonstrará conhecer a legislação pertinente), assegura às pessoas jurídicas eclesiais (como é o caso da Paróquia), assim como ao patrimônio, renda e serviços relacionados com as suas finalidades essenciais (catequese e liturgia), é reconhecida a garantia de imunidade tributária referente aos impostos, em conformidade com a Constituição brasileira. Por fim, a Lei Orgânica do Município de Araraquara, no art. 215, V, "b", reprisa a disposição do Código Tributário Nacional.

b) *Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que a imunidade tributária das organizações religiosas abrange, além dos impostos incidentes sobre os prédios destinados ao culto (os templos propriamente ditos), incide também sobre o patrimônio, renda e serviços relacionados às suas finalidades essenciais, como no caso hipotético, em que o valor da locação era destinado às atividades essenciais da paróquia. Tal entendimento está sedimentado na decisão referente ao RE 325822/SP, de Relatoria do Min. Ilmar Galvão, j. 18/12/2002.*

c) *A decisão do Município de Araraquara, em sintonia com o ordenamento jurídico brasileiro (e o próprio, constante na Lei Orgânica do Município), é reconhecer a imunidade tributária que recai sobre o imóvel residencial locado e abster-se de realizar quaisquer atos que impliquem em cobrança (judicial ou extrajudicial) de IPTU.*

Questão 02

Tito Flávio Vespasiano, comerciante em Araraquara, é proprietário de um imóvel residencial na zona urbana do Município, localizado na Via Aurélia, n. 2023. Embora sobre ele recaia a obrigação tributária com relação ao pagamento do imposto respectivo, Tito Flávio Vespasiano mostra-se indiferente quanto a isto desde o ano de 2018, razão pela qual foi inscrito, no dia 28/08/2019, na Dívida Ativa da Fazenda Pública do Município.

Não se verificando êxito no âmbito administrativo, não obstante todos os esforços voltados à uma solução pacífica para a questão, a documentação pertinente foi remetida à Procuradoria do Município, para a promoção de ação judicial cabível em face de Tito Flávio Vespasiano. Na qualidade de Analista de Procuradoria e no mister de auxiliar o Procurador Municipal na elaboração de minutas e outros documentos de natureza técnico-jurídica relativas aos feitos submetidos à Procuradoria Geral do Município, exponha os argumentos jurídicos pertinentes à demanda, abordando os seguintes aspectos:

- 1) A Obrigação Tributária que recai sobre Tito Flávio Vespasiano.
- 2) A regularidade da inscrição do débito na Dívida Ativa e seus efeitos.
- 3) Os efeitos da inadimplência de Tito Flávio Vespasiano.
- 4) O tipo de ação judicial cabível em face de Tito Flávio Vespasiano.

Padrão de Resposta:

O candidato deverá dissertar minimamente sobre os aspectos que se seguem.

1. *Obrigação Tributária: Tito Vespasiano possui a obrigação tributária em relação ao pagamento do imposto incidente sobre o imóvel, conforme previsto na legislação tributária do Município.*



2. *Inscrição em Dívida Ativa: A inscrição do débito em Dívida Ativa é um procedimento regular previsto na legislação, que formaliza a inadimplência do contribuinte e autoriza a cobrança judicial do débito.*

3. *Inadimplemento: A conduta de Tito Vespasiano em não pagar o imposto desde 2018 configura inadimplemento, caracterizando a falta de cumprimento da obrigação tributária.*

4. *Ação Judicial Cabível: Diante da ausência de pagamento mesmo após tentativas administrativas, a medida adequada é a promoção de Ação de Execução Fiscal, visando a cobrança judicial do valor devido.*

Em resumo, a situação apresenta a necessidade de promover uma Ação de Execução Fiscal para cobrar o imposto devido por Tito Flávio Vespasiano, fundamentando-se na obrigação tributária, na inscrição em Dívida Ativa, no inadimplemento do contribuinte e na importância da arrecadação de recursos para a administração pública.

Questão 03

Explique o conceito de licenciamento ambiental e discorra sobre sua importância na gestão e preservação do meio ambiente. Fundamente sua resposta com base na legislação ambiental brasileira.

Padrão de Resposta:

O candidato deverá dissertar minimamente sobre os aspectos que se seguem.

- 1. O licenciamento ambiental é um instrumento previsto na legislação ambiental brasileira, previsto na Lei n. 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), na Lei n. 9.605/1998 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente) e na Resolução CONAMA n. 237/1997. Ele consiste em um procedimento administrativo pelo qual os órgãos ambientais competentes avaliam os impactos ambientais de determinada atividade ou empreendimento e estabelecem as condições para sua realização de forma sustentável. O licenciamento ambiental é um instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, pois busca equilibrar os interesses econômicos com a proteção do meio ambiente, contribuindo para a preservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.*
- 2. Conceito de Licenciamento Ambiental: O candidato deve explicar que o licenciamento ambiental é o processo pelo qual o órgão ambiental autoriza a realização de atividades que utilizam recursos naturais ou que possam causar impactos ambientais. Esse processo envolve a avaliação dos possíveis impactos e a definição de medidas de controle e mitigação.*
- 3. Importância na Gestão Ambiental: O licenciamento ambiental desempenha um papel crucial na gestão e preservação do meio ambiente, uma vez que visa compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. Ele assegura que as atividades sejam realizadas de forma sustentável, minimizando os impactos negativos sobre os ecossistemas e a saúde humana.*
- 4. Prevenção e Controle de Impactos: O processo de licenciamento permite avaliar os possíveis impactos ambientais de um empreendimento ou atividade, possibilitando a adoção de medidas preventivas e de controle. Isso contribui para evitar danos irreversíveis ao meio ambiente.*



5. *Legislação e Normas: O candidato deve citar, ao menos, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n° 6.938/1981), a Lei n. Lei n. 9.605/1998 (que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente) e a Resolução CONAMA n° 237/1997 como referências legais que estabelecem os procedimentos e critérios para o licenciamento ambiental no Brasil.*
6. *Tipos de Licenças: O licenciamento ambiental é dividido em três tipos de licenças: Licença Prévia (LP), que avalia a viabilidade ambiental do empreendimento; Licença de Instalação (LI), que autoriza a implantação do empreendimento de acordo com as condições estabelecidas na LP; e Licença de Operação (LO), que permite o funcionamento regular da atividade.*

CARGO: 405 - ANALISTA DE SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Questão 01

Uma empresa da área de comércio eletrônico está passando por uma grande transformação por causa de sua rápida expansão no mercado. Este crescimento está sendo ocasionado pela fusão de 2 (duas) concorrentes menores à organização. Agora, a empresa está se mudando para um novo prédio para suportar cerca de 100 funcionários. O novo edifício possui 3 (três) andares.

O térreo destina-se à recepção e estoque, de modo que se estima que serão utilizados 5 (cinco) pontos de conexão na recepção e 4 (quatro) pontos de conexão no armazém. O 1º andar é composto por 5 (cinco) escritórios e 40 (quarenta) baias trabalho em conceito aberto. O 2º andar é composto por 3 (três) grandes salas, de modo que cada um desses espaços possui 4 (quatro) escritórios fechados e 30 (trinta) baias de trabalho em conceito aberto. Há também 1 (uma) sala de reuniões no 2º andar que requer 4 (quatro) pontos de conexões. O *datacenter* da empresa encontra-se no térreo, composta por servidores físicos e virtuais. Cada pessoa precisa de dois pontos de conexão em sua mesa, seja um escritório fechado ou baia de trabalho aberta.

O prédio precisa ter conexão com a Internet para os processos da organização, bem como a implementação de uma zona desmilitarizada para abrigar os servidores web voltados para a sua plataforma de comércio eletrônico. Também é preciso fornecer conectividade sem fio para possíveis clientes e parceiros que visitem as instalações da empresa.

Neste contexto, apresente um projeto de design da rede de computadores para a empresa de comércio eletrônico. O texto da solução deve conter:

- a) Descrição das redes/subredes, com endereços IP, máscaras, gateway, etc.
- b) Equipamentos de rede envolvidos e suas disposições conforme a necessidade do negócio.
- c) Serviços de rede elementares a serem ofertados, com justificativa do seu emprego.
- d) Medidas e soluções a serem utilizadas para garantir a segurança da informação.

Para criar um projeto de design de rede de computadores para a empresa de comércio eletrônico que atenda às necessidades do negócio, é importante planejar cuidadosamente a arquitetura da rede. Os dados a seguir são exemplos, podendo os números de endereços e



tecnologias variarem conforme a redação.

Padrão de Resposta:

a) *Descrição das redes/subredes, com endereços IP, máscaras, gateway, etc.:*

1. *Rede Corporativa Interna:*

- *Endereço IP: 192.168.0.0/22*
- *Máscara de Subrede: 255.255.252.0*
- *Gateway: 192.168.0.1*

- *Térreo (Recepção e Estoque):*
 - *Recepção: 192.168.0.2 - 192.168.0.6*
 - *Estoque: 192.168.0.7 - 192.168.0.10*

- *1º Andar (Escritórios e Baias de Trabalho):*
 - *Escritórios: 192.168.0.11 - 192.168.0.15*
 - *Baias de Trabalho: 192.168.0.16 - 192.168.0.55*

- *2º Andar (Salas e Sala de Reuniões):*
 - *Salas: 192.168.0.56 - 192.168.0.71*
 - *Sala de Reuniões: 192.168.0.72 - 192.168.0.75*

2. *Zona Desmilitarizada (DMZ):*

- *Endereço IP: 192.168.1.0/24*
- *Máscara de Sub-rede: 255.255.255.0*
- *Gateway: 192.168.1.1*
- *Servidores Web: 192.168.1.2 - 192.168.1.10*

3. *Rede de Visitantes (Wi-Fi para Clientes e Parceiros):*

- *Endereço IP: 192.168.2.0/24*
- *Máscara de Sub-rede: 255.255.255.0*
- *Gateway: 192.168.2.1*

b) *Equipamentos de rede envolvidos e suas disposições conforme a necessidade do negócio:*

- *Roteadores e Switches: Serão necessários roteadores para cada andar para rotear o tráfego entre as redes e switches para conectar dispositivos.*
- *Firewall: Um firewall de próxima geração deve ser implementado para proteger a DMZ e a rede interna contra ameaças externas.*
- *Servidores: Para o Datacenter, servidores físicos e virtuais devem ser usados para hospedar os aplicativos da empresa, incluindo os servidores web na DMZ.*
- *Access Points (APs): APs sem fio devem ser instalados em locais estratégicos para fornecer conectividade Wi-Fi na rede de visitantes.*

c) *Serviços de rede elementares a serem ofertados, com justificativa do seu emprego:*

- *DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol): Para atribuir automaticamente endereços IP aos dispositivos na rede, facilitando a gestão.*
- *DNS (Domain Name System): Para traduzir nomes de domínio em endereços IP, permitindo que os funcionários acessem serviços externos e internos usando nomes em vez de endereços IP.*



- VPN (Virtual Private Network): Para permitir que funcionários acessem a rede interna de forma segura a partir de locais remotos.
- Segmentação de Rede: Isolar a DMZ da rede interna para aumentar a segurança e minimizar os riscos de ataques.
- d) Medidas e soluções a serem utilizadas para garantir a segurança da informação:
 - Firewall de Próxima Geração: Protege a rede contra tráfego malicioso da Internet.
 - Antivírus e Antimalware: Implemente soluções de segurança em todos os dispositivos e servidores.
 - VPN com Autenticação de Dois Fatores (2FA): Reforça a segurança das conexões remotas.
 - Auditoria e Monitoramento de Rede: Monitore o tráfego de rede e os logs de servidores para detectar atividades suspeitas.
 - Políticas de Segurança da Informação: Implemente políticas de segurança para treinar funcionários e garantir boas práticas de segurança.

Questão 02

Um dos impactos da evolução das TICs no mundo contemporâneo é a adequação do arcabouço legal no reconhecimento das tecnologias e administração de seus impactos na vida do cidadão, empresas e órgãos governamentais, a partir da regulamentação dos recursos e processos tecnológicos inseridos no cotidiano da sociedade.

Duas transformações recentes que impactam na atuação do profissional de Tecnologia da Informação foram o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965) e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709), ambas voltadas para assegurar que as pessoas tenham seus direitos garantidos ao usar qualquer servidor em suas atividades nos ambientes digitais.

Neste contexto, discorra sobre os impactos da evolução das TICs no mundo contemporâneo nas relações entre usuários, provedores de Internet, sites e governo.

Padrão de Resposta:

A evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no mundo contemporâneo tem trazido profundas transformações nas relações entre usuários, provedores de Internet, sites e o governo. Dois marcos regulatórios importantes que impactaram essas relações são o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965) e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709). Ambas são essenciais para garantir que os direitos dos cidadãos sejam preservados no ambiente digital, mas possuem enfoques e princípios distintos.

a) Premissas/Princípios do Marco Civil da Internet:

O Marco Civil da Internet, também conhecido como a "Constituição da Internet" no Brasil, estabelece alguns princípios fundamentais:

- 1. Neutralidade da Rede: Este princípio assegura que os provedores de Internet não podem discriminar o tráfego de dados, garantindo que todos os dados sejam tratados igualmente, sem privilegiar ou prejudicar determinados serviços ou aplicativos.*
- 2. Privacidade e Proteção de Dados: O Marco Civil preza pela privacidade dos usuários, exigindo que provedores e sites respeitem a confidencialidade das informações pessoais dos usuários.*



3. *Liberdade de Expressão: O texto legal defende a liberdade de expressão na Internet, assegurando que os usuários tenham o direito de manifestar suas opiniões e ideias.*

4. *Responsabilidade dos Provedores: Os provedores de Internet são considerados intermediários e não podem ser responsabilizados pelo conteúdo gerado por terceiros, a menos que descumpram ordens judiciais específicas.*

b) Fundamentos e Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados:

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tem como principal objetivo a proteção dos dados pessoais dos indivíduos. Seus fundamentos e princípios incluem:

1. *Princípio da Finalidade: Os dados pessoais só podem ser coletados para finalidades específicas e legítimas, sendo vedado o uso para fins diferentes daqueles para os quais foram coletados.*

2. *Consentimento: A LGPD exige que o usuário forneça consentimento claro e informado para o tratamento de seus dados pessoais.*

3. *Transparência: As organizações são obrigadas a ser transparentes sobre como coletam, usam e compartilham os dados pessoais dos usuários.*

4. *Direitos dos Titulares: A LGPD concede aos titulares de dados diversos direitos, como o acesso aos seus dados, correção de informações incorretas e exclusão de dados desnecessários.*

c) Semelhanças e Diferenças entre as Leis:

Embora tanto o Marco Civil da Internet quanto a LGPD tenham como objetivo proteger os direitos dos usuários na era digital, existem algumas diferenças notáveis: - Enfoque Principal: O Marco Civil enfoca principalmente a neutralidade da rede e a liberdade de expressão, enquanto a LGPD se concentra na proteção dos dados pessoais. - Âmbito de Aplicação: O Marco Civil é mais amplo em seu alcance, afetando todas as atividades na Internet, enquanto a LGPD se concentra especificamente na proteção de dados pessoais. - Sanções: A LGPD prevê sanções mais rigorosas em caso de violações, incluindo multas substanciais, enquanto o Marco Civil se concentra mais em medidas como a retirada de conteúdo.

- Autoridade Regulatória: A LGPD estabelece a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como órgão regulador, enquanto o Marco Civil não possui uma entidade reguladora específica. Em resumo, o Marco Civil da Internet e a LGPD são duas leis cruciais que moldaram as relações entre usuários, provedores de Internet, sites e o governo no contexto das TICs. Enquanto o Marco Civil foca na neutralidade da rede e na liberdade de expressão, a LGPD tem como objetivo principal a proteção dos dados pessoais, com enfoques e princípios diferentes, mas complementares para garantir um ambiente digital mais seguro e justo.

Questão 03

Um dos principais conhecimentos da área de Inteligência de Negócios é a Modelagem Multidimensional, que possibilita a representação dos dados de negócio tendo em vista a sumarização e a reestruturação desses dados. Este modelo oferece diferentes visões que permitem a análise desses dados pelos usuários dessa solução.



Rediga um texto discorrendo sobre os fundamentos da Modelagem Multidimensional, destacando suas principais características e aplicações. O texto deve conter:

- a) Definição dos 3 (três) componentes do modelo multidimensional.
- b) Detalhamento das técnicas de modelagem multidimensional Estrela e Floco de Neve, estabelecendo um comparativo.
- c) Comparativo entre a modelagem Relacional e a Modelagem Multidimensional.

Padrão de Resposta:

Representação dos dados de negócio tendo em vista a sumarização e a reestruturação desses dados. Este modelo oferece diferentes visões que permitem a análise desses dados, a partir da construção de cubos. Componentes do modelo multidimensional:

- Fatos: Conjunto de atributos referentes a uma operação de negócio da organização ou a uma transação de negócio da organização que serve para analisar, avaliar, prever o andamento dos negócios de uma organização. Em outras palavras, representam os eventos de um negócio, suas transações. Fisicamente o fato é implementada como uma tabela com as suas propriedades e medidas.

- Dimensões: A dimensão descreve o fato, dando-lhe sentido para o contexto analisado. Portanto, é um componente do fato. Existem dimensões que são comuns na grande maioria dos fatos analisados, conhecidas como Dimensões Básicas. Elas baseiam-se nas perguntas: Quando, Onde, Quem e O quê. Fisicamente a dimensão é implementada como uma tabela com os seus atributos.

- Medidas: É um atributo numérico que representa um valor em um fato. Um indicador de desempenho de negócio relativo às dimensões que participam desse fato. Na tabela, são os atributos (campos) que quantificam as dimensões relacionadas ao fato.

No modelo relacional, uma célula numa tabela relacional representa o valor de uma medida referente a duas dimensões. Uma célula em um cubo representa o valor de uma medida referente a quantas dimensões a estrutura possuir.

Esta técnica armazena as medidas relativas ao fato em uma única tabela de fatos, e cada dimensão que descreve as medidas do fato em uma tabela de dimensão

Técnica de modelagem Estrela desnormaliza as tabelas operacionais, concentrando todos os dados. Este esquema não captura diretamente a hierarquia das dimensões

Elas são perdidas quando as tabelas são desnormalizadas. Suas vantagens são o alto desempenho das consultas realizadas aos dados nos bancos de dados baseados neste esquema e a simplicidade na montagem das consultas por parte do usuário. Suas desvantagens são maior consumo de espaço em disco pelos bancos de dados criados neste esquema e maior tempo para realização de tarefas administrativas e de manutenção.

Técnica de modelagem Floco de Neve armazena as medidas relativas ao fato em uma única tabela de fatos, e cada dimensão que descreve as medidas do fato em várias tabelas relacionadas. Esta técnica mantém as normalizações das tabelas operacionais, concentrando todos os dados. Este esquema trás diretamente a hierarquia das dimensões. Suas vantagens são economia no espaço em disco pelos bancos de dados criados neste esquema e menor tempo para realização de tarefas administrativas e de manutenção. Suas desvantagens são baixo desempenho das consultas realizadas aos dados nos bancos de dados baseados neste esquema e maior complexidade na montagem das consultas por parte do usuário.



CARGO: 406 - ARQUITETO URBANISTA

Questão 01

Enquanto arquiteto urbanista da cidade de Araraquara, e baseando-se pela Lei Federal 11.888/2008 (Assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social), rediga um texto dissertativo citando os 04 (quatro) objetivos dessa assistência técnica.

Padrão de Resposta:

O texto do candidato deve contemplar os seguintes itens:

- 1 – Otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;*
- 2 – Formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;*
- 3 – Evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;*
- 4 – Propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.*

Questão 02

Como arquiteto urbanista da cidade de Araraquara, e direcionado pela Norma de Desempenho, Edificações habitacionais: Requisitos para os sistemas de coberturas, apresente um texto dissertativo contendo as informações a seguir:

1. NBR, atualizada, que trata dessa Norma?
2. Definição do telhado que é formado por uma única água.
3. A declividade de uma laje plana.
4. À qual Norma NBR deve atender a resistência ao fogo da estrutura do sistema de cobertura. E no caso de unidade habitacional unifamiliar geminada de até dois pavimentos, na cozinha, o valor da resistência ao fogo mínima do sistema de cobertura é de quanto tempo?

Padrão de Resposta:

O texto do candidato deve contemplar os seguintes itens:

- 1 – NBR 15575-5/2021*
- 2 – Apendre*
- 3 – Menor ou igual a 5%*
- 4 – NBR 14432; 30 min*

Questão 03

Como arquiteto urbanista da cidade de Araraquara, e orientado pela Norma que trata da execução de levantamento topográfico – procedimento, escreva um texto dissertativo elencando com os seguintes dados:



1. Numeração atualizada dessa Norma.
2. Aplicação dessa Norma.
3. As três finalidades dessa Norma.

Padrão de Resposta:

O texto do candidato deve contemplar os seguintes itens:

1 – NBR 13.133/2021

2 – *Esta Norma se aplica aos levantamentos topográficos que se destinam a obter informações geométricas do terreno para caracterizar seus elementos naturais e artificiais, incluindo o relevo, limites e confrontantes, área, localização, amarração e posicionamento, dentre outros.*

3 – *Para fins de:*

- a) *estudos preliminares de projetos;*
- b) *elaboração de anteprojetos ou projetos básicos; e*
- c) *elaboração de projetos executivos.*

CARGO: 407 - ARQUIVISTA

Questão 01

Disserte acerca da seguinte indagação: a criação e desenvolvimento de Sistemas de Arquivos Municipais e sua estruturação, na prática, podem ter funções e finalidades educacionais e culturais?

Padrão de Resposta:

A resposta é sim. É uma implementação que tem sido lenta e gradual. Eles desempenham um papel fundamental na preservação e gestão de documentos relevantes para a história e a administração dos municípios.

Os SAM atuam na preservação da memória local, acesso à informação, apoio a pesquisas locais, educação patrimonial, colaboração com instituições de ensino, incentivo à pesquisa científica, divulgação de documentos digitais, desenvolvimento de consciência cívica e formação de profissionais da informação.

Em municípios com baixos orçamentos, a criação do Sistema Municipal de Arquivos tem sido relegada a segunda plano, por falta de verbas e por desconhecimento das próprias autoridades executivas e legislativas do município.

Entretanto, onde tem sido implantado e estruturado, serve como um elo de ligação entre guarda legal de documentos, composição da memória do município e espaço de cultura e ensino para os munícipes.

Essas finalidades dos Sistemas de Arquivos Municipais visam não apenas preservar a memória local, mas também promover a educação, a pesquisa e o engajamento da comunidade na preservação e valorização do patrimônio documental municipal.

Questão 02

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais dá o devido tratamento que o cidadão merece e precisa, em relação ao objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de



privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural? Justifique sua resposta por meio de argumentação plausível.

Padrão de Resposta:

A resposta é sim. A Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018) tem como principal objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Também tem como foco a criação de um cenário de segurança jurídica, com a padronização de regulamentos e práticas para promover a proteção aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil, de acordo com os parâmetros internacionais existentes.

A lei define o que são dados pessoais e explica que alguns deles estão sujeitos a cuidados ainda mais específicos, como os dados pessoais sensíveis e dados pessoais sobre crianças e adolescentes. Esclarece ainda que todos os dados tratados, tanto no meio físico quanto no digital, estão sujeitos à regulação.

Além disso, a LGPD estabelece que não importa se a sede de uma organização ou o centro de dados dela estão localizados no Brasil ou no exterior: se há o processamento de informações sobre pessoas, brasileiras ou não, que estão no território nacional, a LGPD deve ser observada.

A lei autoriza também o compartilhamento de dados pessoais com organismos internacionais e com outros países, desde que observados os requisitos nela estabelecidos.

Questão 03

A forma como está normatizado o acesso à informação e a gestão de documentos públicos e privados no Brasil, atende aos anseios da população em geral, ou serve mais como forma de controle para as atividades dos entes públicos e privados? Justifique sua resposta por meio de argumentação plausível.

Padrão de Resposta:

Serve bem para os dois fins. Atende ao cidadão no anseio por mais transparência no trato, em especial, da coisa pública; mas também serve como forma de controle e regulação das informações, quando estas podem e devem ser publicizadas ou quando estas merecem tratamento adequado de sigilo, por seu caráter.

O acesso à informação teve grande avanço quando da promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI) que possui algumas diretrizes que norteiam os processos de transparência. A primeira é que a transparência é a regra, o sigilo é exceção.

Nesse caso a LAI reconhece que existem coisas que devam se manter sigilosas, mas estas devem ser tratadas como casos especiais.

As informações sigilosas são categorizadas e cada categoria determina o tempo em que a informação deverá voltar a estar disponível ao público.

CARGO: 408 - ARTE EDUCADOR

Questão 01

“A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está



organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara.” (BONDÍA, 2001, p.21)

“Alexander demonstra como a ideia de experiência formulada por Dewey se transformou em nossos dias num adequado conceito de arte. É entretanto, no livro que Alexander publicou em 1987, John Dewey's theory of art experience and nature: the horizons of feeling, que ele vai muito mais além na demonstração da pós-modernidade de Art as Experience. Nessa obra, analisa as posições contraditórias de Dewey acerca da arte, de um lado naturalista em Experience and nature e de outro lado pragmatista em Art as experience, um de seus últimos livros, publicado aos 75 anos. As duas posições analisadas por Alexander correspondem a uma grande ruptura na história da arte. Nos primeiros anos de Dewey como intelectual, a arte era considerada representação da natureza, do mundo ao redor, da “realidade”, daí sua postura em favor do desenho de observação como o melhor caminho para desenvolver a capacidade de ver e representar. Embora começando a ser entendida como anti natureza no Impressionismo, a arte do século XX, principalmente no Novo Mundo, só passa a se configurar uma expressão quase duas décadas depois, quando se liberta definitivamente do comando naturalista/realista. É em função do modernismo e já respondendo e se opondo ao conceito modernista de expressão que Dewey constrói a teoria da arte como experiência. [...] O movimento de tensão da experiência estética de quem faz (do artista) e de quem aprecia (intérprete) reorganiza a consciência e gera reconhecimento. Portanto, para Dewey, a percepção é em si mesma essencialmente uma categoria estética em lugar de epistemológica.” (BARBOSA, 2015, p.22)

A partir dos textos acima, faça a correlação entre a experiência de Jorge Larrosa Bondía com a experiência em arte de John Dewey.

Padrão de Resposta:

Jorge Larrosa Bondía traz questionamentos importantes sobre o que é experiência, como diz o trecho do texto acima, ele nos diz que experiência é aquilo que nos toca, que nos atravessa, nos transformando a partir dessa experiência. Mas ele também faz um paralelo sobre o que nos impede de ter uma real experiência. Bondía nos diz que a informação é inimiga da experiência, que a sociedade da era da informação nos entope de informação todos os dias e que apesar de estarmos cheios de informação, não temos experiência alguma, nada nos trespassou. O binômio informação/opinião é ainda mais avesso à experiência, ele nos diz que existe uma cobrança por termos opiniões formadas em tudo, e que a educação, inclusive, se dá muito através desse binômio que Bondía considera o oposto da experiência. Walter Benjamin dizia que já observava a falta de experiência no mundo, que nunca se passaram tantas coisas e ao mesmo tempo nada acontecia, a experiência é cada vez mais rara.

Bondía ainda fala que outro inimigo da experiência é o tempo, ou a falta dele, que estamos muito acelerados, mecanizados, e que essa aceleração também é inimiga da experiência. Outro motivo que ele aponta como contrário à experiência é o excesso de trabalho e que muitas vezes o trabalho é confundido como experiência. O sociólogo italiano Domenico De Masi criou o termo “ócio criativo” que basicamente fala o que Bondía nos diz sobre o trabalho ser confundido com experiência. De Masi nos diz que precisa haver um equilíbrio entre vida pessoal e profissional e que o ócio criativo é aquele tempo em que “nada fazemos” a não ser deixar nossas ideias fluírem e divagarem. Em minha opinião Bondía e



De Masi se complementam em se tratando de experiência. Então o que seria experiência para Bondía? Ele nos diz que o sujeito da experiência precisa estar disponível, que se define pela passividade, por sua abertura essencial para que as coisas nos aconteçam.

John Dewey passou por várias experiências que transformaram à sua maneira de ver a experiência. Como o texto da questão nos relata, Dewey foi transformando a forma como ele via a arte ao longo dos anos e o seu livro “Arte como experiência” foi um dos seus últimos livros publicados, ou seja, após várias transformações Dewey entendeu o que o atravessou. Mas o que é experiência em arte para Dewey? Em seu livro Arte como experiência ele nos diz que toda criatura viva recebe e sofre a influência do meio, e a isso Dewey chamou de experiência. A proposta de Dewey é reverter essas noções e situações, a arte, diz ele, liga-se às experiências cotidianas. Dewey fala dos primórdios da arte, onde elas eram expressões da vida cotidiana, como as danças dos rituais, as pinturas das cavernas, os utensílios domésticos como vasos, potes e pratos que hoje se encontram em museus. Para Dewey a arte é feita e respira o nosso cotidiano.

Na expressão artística há construção, controle, tempo de criação, uso do material que o artista acumulou e que a emoção seleciona em atos que abstraem nos objetos algo comum. É isso que confere à arte, universalidade. Sem emoção, não há arte, apenas habilidade, mas essa emoção leva em conta a proporção, ordenação e equilíbrio. Disso resulta melhoria para uma comunidade.

Bondía nos fala que a correria, a aceleração e o trabalho cotidiano nos impedem de vivenciar experiências reais, Dewey nos fala que a arte está na vida cotidiana. De Mais nos diz que o ócio criativo é necessário para uma vida equilibrada. Em minha opinião todas essas ideias convergem para o que de fato é experiência, cada autor traz uma significação da experiência dentro do seu campo, mas que, no final das contas, todos eles estão falando de coisas que nos acontecem, coisas que nos atravessam e que depois delas nunca mais seremos os mesmos, assim como nunca atravessamos o mesmo rio duas vezes, pois as águas do rio estão sempre fluindo.

Questão 02

“A área de Arte dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais situa-se como um tipo de conhecimento que envolve tanto a experiência de aprender arte por meio de obras originais, de reproduções e de produções sobre a arte, tais como textos, vídeos, gravações, entre outros, como aprender o fazer artístico. Ou seja, entende-se que aprender arte envolve não apenas uma atividade de produção artística pelos alunos, mas também compreender o que fazem e o que os outros fazem, pelo desenvolvimento da percepção estética, no contato com o fenômeno artístico visto como objeto de cultura na história humana e como conjunto de relações. É importante que os alunos compreendam o sentido do fazer artístico, ou seja, entendam que suas experiências de desenhar, cantar, dançar, filmar, videografar ou dramatizar não são atividades que visam a distraí-los da “seriedade” das outras áreas. Sabe-se que, ao fazer e conhecer arte, o aluno percorre trajetos de aprendizagem que propiciam conhecimentos específicos sobre sua relação com o mundo. Além disso, desenvolvem potencialidades (como percepção, observação, imaginação e sensibilidade) que podem contribuir para a consciência do seu lugar no mundo e para a compreensão de conteúdos das outras áreas do currículo.” (BRASIL, 1998, p.43)

“No Ensino Fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes



linguagens: as Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro. Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte. O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania. A Arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas. Nesse sentido, as manifestações artísticas não podem ser reduzidas às produções legitimadas pelas instituições culturais e veiculadas pela mídia, tampouco a prática artística pode ser vista como mera aquisição de códigos e técnicas. A aprendizagem de Arte precisa alcançar a experiência e a vivência artísticas como prática social, permitindo que os alunos sejam protagonistas e criadores.” (BRASIL, 2018, p.193)

Vinte anos separam esses dois documentos de onde foram retirados os trechos acima. O primeiro documento são os Parâmetros Curriculares Nacionais, criados dois anos após a instituição do componente curricular de arte como obrigatório no ensino básico através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, lei 9394/96. O segundo é o mais recente documento da educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que veio para democratizar o conhecimento em âmbito nacional. Esses dois documentos trazem importantes conceitos e experiências em arte que os alunos devem vivenciar. Discorra sobre as mudanças do ensino de arte no Brasil entre a criação da Lei de Diretrizes e Bases, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, criação da Base Nacional Comum Curricular até os dias atuais.

Padrão de Resposta:

A primeira LDB (Lei de diretrizes e bases da educação) foi criada em 1961 e nela já contemplava aspectos da arte, mas a arte foi inserida como uma opção no ensino primário, como um curso de extensão e no ensino técnico através do artesanato. As artes também aparecem no ensino superior como parte do objetivo deste ensino que seria desenvolver a pesquisa em ciências, letras e arte. A arte na primeira LDB brasileira tinha um aspecto técnico, de ensinar técnicas de artes visuais e apenas as artes visuais são contempladas até então.

Na época da ditadura militar no Brasil (1964 – 1985), nos fins da década de 1960 e início de 1970, em escolas especializadas em ensino de arte, começaram a ter lugar algumas experiências no sentido de relacionar os projetos de arte de classes de crianças e adolescentes com o desenvolvimento dos processos mentais envolvidos na criatividade, ou com uma teoria fenomenológica da percepção, ou ainda com o desenvolvimento da capacidade crítica ou da abstração e talvez mesmo com a análise dos elementos do desenho, inclusive podendo notar-se influências do pedagogo Paulo Freire em algumas dessas escolas de arte.

Com a LDB de 1971, torna-se componente obrigatório nos currículos de 1º e 2º graus a Educação artística e na universidade nos cursos de Educação Artística e licenciatura em artes plásticas, criados alguns anos depois. Mas esse ensino era extremamente técnico, voltado para a profissionalização de jovens. Além disso, estabeleceu um novo conceito de ensino de arte: a prática da polivalência. Segundo esta reforma, as artes plásticas, a música e as artes cênicas (teatro e dança) deveriam ser ensinadas conjuntamente por um mesmo



professor da primeira à oitava séries do primeiro grau. E aqui temos pela primeira vez as outras expressões artísticas inseridas em uma lei da educação.

Nos anos 80, o grande nome da arte educação foi Ana Mae Barbosa que ensinava na USP (Universidade de São Paulo) e na recém-criada pós-graduação em Artes. Atualmente Ana Mae Barbosa é considerada a maior autoridade em arte educação no Brasil, tendo escrito dezenas de livros que formam e influenciam inúmeros professores e pesquisadores em arte e que com sua abordagem triangular mudou a forma como se ensinava arte nas escolas.

Após a LDB de 1996, com a obrigatoriedade do componente de arte (artes visuais, música, dança e teatro) em todo o ensino básico, o Governo Federal estabeleceu os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Proposta Triangular foi inserida na área de Arte. Nesses Parâmetros foi desconsiderado todo o trabalho de revolução curricular que Paulo Freire desenvolveu quando Secretário Municipal de Educação (1989/1990) com vasta equipe de consultores e avaliação permanente. Os PCNs brasileiros, dirigidos por um educador espanhol, desistoricizam nossa experiência educacional para se apresentarem como novidade e receita para a salvação da educação nacional. A polivalência continuava, os professores pedagogos eram aqueles que ensinavam arte na educação infantil e ensino fundamental, o que ocorre ainda atualmente. Não existe o cuidado por parte dos governos para contratarem profissionais das áreas artísticas para ensinarem na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental. Os professores pedagogos, em sua grande maioria, não estão preparados para o ensino de arte e o fazem de qualquer maneira, e muitas vezes trazendo conceitos amplamente equivocados como arte, como, por exemplo, dar desenhos copiados para as crianças pintarem, ensinar uma coreografia de dança, apresentar um “teatrinho” onde as crianças são forçadas a se apresentarem para os pais. Esse tipo de ensino de arte é totalmente desnecessária e apenas serve para reproduzir modelos do que “seria arte” e não traz experiências significativas.

Para tentar amenizar as disparidades do ensino básico no Brasil, foi desenvolvida a Base Nacional Comum Curricular que traz o aluno como protagonista do fazer artístico. Tem ideias progressistas e aborda com clareza como desenvolver experiências significativas em arte. Porém, a polivalência ainda persiste nas escolas de educação infantil e primeiros anos do fundamental. Então, na prática, apenas os alunos de fundamental anos finais e ensino médio, tem professores formados nas linguagens artísticas, mas ainda existe um porém, geralmente o professor é formado em uma linguagem, como música, e ele precisa ensinar as outras linguagens nas quais ele não tem o conhecimento adequado.

Na teoria a BNCC é um enorme ganho no ensino de artes do Brasil, na prática esbarramos na questão da formação docente que influencia o modo como essas experiências serão vivenciadas, ou se os alunos terão de fato experiências em arte.

Questão 03

“A mudança do século e a prosperidade na agricultura do café promovem o enriquecimento das metrópoles, principalmente de São Paulo. Surgem fábricas. Muitos imigrantes da Itália, França e Alemanha vêm trabalhar nas fazendas e indústrias. Sua influência se faz sentir em todos os aspectos da cultura. Na arquitetura pode-se observar que as casas - durante muito tempo com uma feição simples e feitas de taipa - recebem novos desenhos e materiais. A modernização das cidades é simultânea à modernização da arte. Abrem-se diversas salas de cinema no Rio e em São Paulo e surge o primeiro centro brasileiro de produção de filmes:



comédias e policiais. O contato com o que acontece na Europa é mais estreito e as influências são imediatas.” (GARCEZ, 2006, p. 104 e 105)

O texto acima fala sobre os primórdios do modernismo no Brasil. Discorra sobre o que foi o movimento modernista, suas características, seus principais representantes e sobre as características de suas obras.

Padrão de Resposta:

O modernismo no Brasil ganha força por causa de Monteiro Lobato, o autor famoso por sua principal criação, o Sítio do Pica Pau Amarelo, escreveu uma crítica maldosa em relação às obras expressionistas de Anita Malfatti, o que causou um grande furor entre os artistas modernistas, os quais se uniram e como resposta a esse artigo criaram a Semana de Arte Moderna em 1922. Pintores como Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Vicente Rego Monteiro; escultores como Victor Brecheret; músicos como Villa-Lobos; escritores como Graça Aranha e Oswald de Andrade, dentre tantos outros mostraram o que se fazia de mais moderno em arte. Era uma provocação à arte acadêmica, a busca do novo, de uma expressão genuinamente nacional que se desprendesse da arte clássica europeia.

O modernismo pregava a libertação da estética europeia, o abraqueiramento da língua portuguesa falada e escrita no Brasil, valorização de temas brasileiros (indígenas, temas rurais, festas populares etc.), independência de paisagens e formas reais, inserção de emoções nas pinturas, com uma feição tropical.

Na literatura temos Mário de Andrade que apresentou uma introdução do livro Paulicéia Desvairada, com o nome de “Prefácio Interessantíssimo”. Esse texto apresentava toda uma teoria a respeito das novas tendências. Mário também é conhecido por seu famoso livro Macunaíma, além disso estudou o folclore brasileiro, a arte popular e a música.

Nas artes visuais temos além de Anita Malfatti outra mulher em destaque, Tarsila do Amaral, que junto com seu marido Oswald de Andrade cunharam o termo da antropofagia na arte, que foi um movimento que propunha a incorporação transformada e abraqueirada das influências estrangeiras, que também tinham um cunho político e social.

Na música temos Heitor Villa-Lobos com sua obra nacionalista e incorporou elementos do folclore, das melodias indígenas, das músicas populares e a sonoridade dos pássaros. É conhecido mundialmente e seu nacionalismo influenciou profundamente a música no Brasil.

Novamente nas artes visuais, não podemos deixar de falar de Cândido Portinari. Sua pintura passa por diversas fases, na qual vai perdendo o traço de fidelidade à realidade para adquirir, pela distorção do desenho, maior expressividade e sensibilidade, pintou sobre o povo e o cotidiano brasileiro, dos seus quadros que refletiam sua infância no interior aos quadros que retratam o povo brasileiro como as obras Café e O mestiço. Portinari produziu mais de 5 mil trabalhos durante sua vida.

CARGO: 409 - ASSISTENTE SOCIAL

Questão 01

Discorra sobre as novas configurações da questão Social na era das finanças e sua relação com o serviço social.



Padrão de Resposta:

A questão social é indissociável do modo de produção capitalista. A gênese da questão Social decorre do caráter coletivo da produção em contraponto a apropriação privada do trabalho. A questão social expressa o conjunto de desigualdades e lutas sociais, que alcança plenitude na era do capital financeiro.

Na expansão e fortalecimento do capital financeiro há a integração de grupos industriais com as instituições financeiras que passam a comandar o conjunto da acumulação. É a partir desta mundialização financeira que a questão social vai apresentar novas configurações. Mais do que expressões de pobreza, miséria e exclusão, a questão social vai condensar uma banalização do humano, a descartabilidade e indiferença dos indivíduos.

As desigualdades se intensificam e se diversificam, expressas nas lutas pela terra, nas reivindicações em torno de direitos a saúde, a habitação, a educação, contra degradação ambiental.

Uma vez que o serviço social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho, os/as assistentes sociais lidam cotidianamente com essas novas manifestações da questão social, construindo e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. (IAMAMOTO, 2014)

REFERÊNCIA: IAMAMOTO, Marilda Vilela. serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 8 Ed. São Paulo: Cortez. 2014. P. 125 - 140

Questão 02

Discorra sobre o projeto ético-político do serviço social e os desafios encontrados na contemporaneidade.

Padrão de Resposta:

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro representa a auto-imagem da profissão, está relacionado a um projeto de transformação da sociedade. Ele tem na liberdade seu valor ético central. Tal liberdade, entendida como a possibilidade de escolher entre alternativas concretas. Ele vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

O projeto ético político do serviço social ganha materialidade por meio da produção de conhecimentos no interior da categoria; por meio das instâncias político-organizativas (CFESS; CRESS; ABEPSS; ENESSO; as associações profissionais; movimento estudantil...); e por meio do arcabouço jurídico-político da profissão.

Nas últimas décadas e, mais intensamente, nos últimos anos, o serviço social depara-se com ameaças ao projeto profissional, decorrente da ofensiva do capital, do neoliberalismo, do ultra conservadorismo, do enfraquecimento das lutas e da resistência dos movimentos organizados do trabalho e das ameaças a estrutura democrática do Estado.

Dessa forma, mesmo diante dessas adversidades, é salutar que a categoria reafirme seu projeto ético-político, seu compromisso com a classe trabalhadora e com a democracia.

É necessário que os assistentes sociais no seu exercício profissional cotidiano imprimam nas suas ações, a direção social da categoria de luta por direitos sociais e pela emancipação dos sujeitos (Teixeira; Braz, 2009).



REFERÊNCIA: Teixeira, J. B.; Braz, M. O projeto ético-político do serviço social. In: CFESS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

Questão 03

Discorra sobre as políticas sociais no contexto da crise capitalista.

Padrão de Resposta:

As políticas sociais são uma mediação entre economia e política, são permeadas por determinações econômicas, políticas e culturais e resultado de relações complexas e contraditórias estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil, no âmbito das lutas de classes. A política social atende tanto as necessidades do capital como também do trabalho.

Na atualidade, a crise capitalista assume novos contornos, com um aprofundamento da política neoliberal com duras investidas aos direitos sociais, humanos e trabalhista.

As políticas sociais tornam-se cada vez mais residuais, há um desmonte dos direitos sociais, uma fragilização dos espaços de participação e controle democrático e um aumento dos níveis de desigualdade social e de pobreza (Behring, 2009).

REFERÊNCIA: Behring, E. R. Política social no contexto da crise capitalista. In: CFESS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

CARGO: 410 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO – AFTM

Questão 01

Suponha que um município tenha uma lei que proíbe a construção de edifícios com mais de cinco andares em uma determinada área da cidade, visando à preservação da paisagem e da identidade visual da região. Um cidadão, proprietário de um terreno nessa área, deseja construir um edifício de dez andares. Ele solicita uma autorização à prefeitura para realizar a construção e alega que a limitação imposta pela lei municipal fere seu direito de propriedade.

Diante desse cenário, explique de forma detalhada, com base no conceito de “poder de polícia” e no Código Tributário Nacional, como a administração pública deve agir ao avaliar o pedido do cidadão, e se a limitação imposta pela lei municipal é legítima.

Padrão de Resposta:

O candidato deverá dissertar minimamente sobre os aspectos que se seguem.

- 1. Explicação do conceito de “poder de polícia” conforme o Código Tributário Nacional:** *O candidato deve começar pela definição do “poder de polícia”, destacando que se trata de uma atividade da administração pública que limita ou disciplina direitos, interesses ou liberdades em nome do interesse público. Esse poder visa à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.*



2. **Análise da situação hipotética:** O candidato deve analisar a situação apresentada no enunciado, em que um cidadão deseja construir um edifício de dez andares em uma área em que a lei municipal permite apenas cinco andares. É importante destacar que a limitação imposta pela lei municipal está relacionada ao interesse público na preservação da paisagem e da identidade visual da região.
 3. **Papel da administração pública:** O candidato deve explicar que cabe à administração pública, nesse caso, utilizar seu poder de polícia para avaliar o pedido do cidadão. Ela deve verificar se a solicitação está de acordo com a lei aplicável, ou seja, se a lei municipal que limita o número de andares é válida e está dentro dos limites legais.
 4. **Possibilidade de discricionariedade:** Caso a lei municipal seja considerada válida, o candidato deve abordar a questão da discricionariedade, explicando que, em algumas situações, a aplicação do poder de polícia é discricionária, ou seja, a administração pública tem certa margem de escolha ao tomar decisões. No entanto, essa discricionariedade deve ser exercida sem abuso ou desvio de poder, ou seja, deve ser justa e equitativa.
 5. **Conclusão:** O candidato deve concluir sua resposta indicando que, em um cenário em que a lei municipal seja válida e não haja abuso ou desvio de poder, a administração pública deve negar a autorização para a construção do edifício com mais de cinco andares, em conformidade com o poder de polícia e o interesse público na preservação da paisagem e da identidade visual da região.
- O candidato deve fundamentar suas argumentações com base no conceito de "poder de polícia" e nas disposições do Código Tributário Nacional.

Questão 02

Considere a seguinte situação hipotética:

Um município decide realizar obras de pavimentação de uma via pública em um bairro da cidade, visando melhorar a infraestrutura local. Essas obras resultam em uma valorização imobiliária significativa na região, beneficiando os imóveis adjacentes. Em decorrência dessa valorização, o Município decide instituir a cobrança de contribuição de melhoria para custear parte das despesas das obras.

Com base no art. 81, do Código Tributário Nacional, explique de forma detalhada os seguintes aspectos:

1. Fundamento da contribuição de melhoria: explique qual é o fundamento da contribuição de melhoria, conforme o texto do art. 81, e como essa contribuição está relacionada ao custo de obras públicas que resultam em valorização imobiliária.
2. Limites da contribuição de melhoria: aborde os limites total e individual estabelecidos no texto do artigo. Explique o que significa o limite total (despesa realizada) e o limite individual (acréscimo de valor) da contribuição de melhoria em relação às obras públicas.
3. Legitimidade para instituição: explique quem tem a legitimidade para instituir a contribuição de melhoria, ou seja, quais entes federativos podem fazê-lo, de acordo com o dispositivo legal.
4. Procedimentos e critérios de cálculo: comente sobre os procedimentos e critérios que devem ser adotados para o cálculo da contribuição de melhoria em relação aos imóveis beneficiados pelas obras públicas, considerando as regras do Código Tributário Nacional.



Padrão de Resposta:

O candidato deverá dissertar minimamente sobre os aspectos que se seguem.

- 1. A contribuição de melhoria, conforme o art. 81, do Código Tributário Nacional, tem como fundamento a necessidade de custear as despesas de obras públicas que resultem em valorização imobiliária. Isso significa que, quando o poder público realiza obras que beneficiam determinada região e valorizam os imóveis daquela área, os proprietários desses imóveis podem ser obrigados a contribuir financeiramente para cobrir parte dos custos das obras, uma vez que foram diretamente beneficiados pela valorização.*
- 2. Os limites da contribuição de melhoria são estabelecidos no próprio artigo. O limite total corresponde ao valor total das despesas realizadas com as obras públicas que resultaram em valorização imobiliária naquela região. O limite individual é o acréscimo de valor que cada imóvel beneficiado obteve em decorrência das obras. Em outras palavras, o valor da contribuição de melhoria não pode ultrapassar o custo total das obras, e o montante a ser pago por cada proprietário de imóvel não pode ser maior do que o acréscimo de valor que seu imóvel teve devido às obras.*
- 3. A instituição da contribuição de melhoria pode ser realizada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, cada um no âmbito de suas respectivas atribuições. Portanto, os entes federativos têm a legitimidade para instituir essa contribuição quando necessário.*
- 4. Os procedimentos e critérios para o cálculo da contribuição de melhoria devem ser estabelecidos em lei específica, observando as regras do Código Tributário Nacional. Geralmente, consideram-se fatores como a área do imóvel, a metragem da via pública pavimentada e a taxa de valorização imobiliária, entre outros, para determinar o valor a ser pago por cada proprietário de imóvel beneficiado pelas obras públicas. É importante que o cálculo seja transparente e justo, garantindo que cada contribuinte pague de acordo com o benefício recebido.*

Questão 03

Considere uma organização religiosa que possui diversos imóveis, incluindo templos, centros de estudos e residências para líderes religiosos, localizados na zona urbana de um município. Com base nas disposições normativas constantes na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, discorra sobre a imunidade tributária a que essa organização religiosa faz jus em relação ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU). Explique os critérios e as condições para a concessão dessa imunidade e como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem interpretado essa questão.

Padrão de Resposta:

O candidato deverá dissertar minimamente sobre os aspectos que se seguem.

A imunidade tributária é um benefício previsto na Constituição Federal de 1988 que isenta determinadas entidades, como as organizações religiosas, de pagarem impostos sobre certas atividades e bens que estão relacionados ao cumprimento de seus objetivos estatutários. No caso da imunidade em relação ao IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), ela se aplica a imóveis utilizados diretamente para o culto religioso, a imóveis relacionados às suas atividades essenciais ou, ainda, cuja renda seja revertida para a manutenção destas atividades.

No cenário apresentado, a organização religiosa possui diversos imóveis na zona urbana do



município, incluindo templos, centros de estudos e residências para líderes religiosos. A imunidade ao IPTU se aplica aos imóveis diretamente utilizados para o culto religioso, como os templos, bem como àqueles destinados às atividades essenciais da organização religiosa, desde que atendam aos seguintes critérios e condições:

- 1. Os imóveis devem ser diretamente utilizados para o cumprimento dos objetivos estatutários da organização religiosa, ou seja, para a realização de atividades religiosas, cultos, celebrações e ações sociais relacionadas à religião. Ou, na hipótese de imóveis não diretamente ligados ao culto, que os seus frutos (rendimentos) sejam revertidos para a sua manutenção.*
- 2. Os imóveis devem estar localizados na zona urbana do município, conforme definido na lei civil, o que é o caso dos imóveis apresentados no cenário.*
- 3. A imunidade não se estende a imóveis destinados a outras finalidades que não estejam diretamente relacionadas às atividades religiosas, a menos que esses imóveis sejam utilizados de forma acessória e direta para os fins religiosos.*

No que diz respeito à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), este órgão tem reafirmado a interpretação restritiva da imunidade tributária, exigindo que os imóveis estejam diretamente ligados às atividades religiosas para que a imunidade seja concedida. Portanto, a organização religiosa do cenário em questão deve demonstrar que seus imóveis na zona urbana são usados exclusivamente para o culto religioso ou para atividades essenciais relacionadas à religião para que possa se beneficiar da imunidade do IPTU. Residências de líderes religiosos podem ser isentas apenas se forem utilizadas de forma acessória e direta para as atividades religiosas.

CARGO: 411 - CONTADOR

Questão 01

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, as transferências correntes são um tipo de despesa pública. Descreva o conceito de transferências correntes, explicando a natureza dessas transferências e em que situações elas são realizadas pelo poder público.

Padrão de Resposta:

As transferências correntes são definidas na Lei Federal nº 4.320/64, como uma das categorias de despesas correntes. Elas consistem na transferência de recursos financeiros de um ente público para outro ente público ou privado, sem contrapartida direta em bens ou serviços. Geralmente, essas transferências são realizadas para cobrir despesas correntes do ente receptor, tais como salários, manutenção de serviços públicos, subsídios, entre outros.

As transferências correntes são comuns entre os diferentes níveis de governo, por exemplo, da União para os Estados, dos Estados para os Municípios, etc., e também podem ser feitas para entidades privadas sem fins lucrativos, por exemplo, para instituições de caridade, organizações não governamentais, etc. É importante ressaltar que, uma vez que as transferências correntes são usadas para cobrir despesas correntes, elas não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de bens de capital. Este é um aspecto chave para distinguir transferências correntes de transferências de capital, que são recursos transferidos para aquisição de bens de capital ou investimentos.



Questão 02

Explique o conceito de créditos adicionais conforme definido pela Lei Federal nº 4.320/64 e descreva os diferentes tipos de créditos adicionais que podem ser autorizados.

Padrão de Resposta:

Créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. A Lei Federal nº 4.320/64 prevê três tipos de créditos adicionais: suplementares, especiais e extraordinários.

Créditos Adicionais Suplementares: São destinados ao reforço de dotações orçamentárias já existentes no orçamento e que se mostraram insuficientes para cobrir as despesas previstas. A autorização para abertura de créditos suplementares pode ser feita por lei ou por ato do Poder Executivo, de acordo com o previsto na lei orçamentária.

Créditos Adicionais Especiais: São destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. A autorização para abertura de créditos especiais deve ser feita por lei, e os recursos para cobertura desses créditos devem ser indicados na mesma lei ou em decreto do Executivo.

Créditos Adicionais Extraordinários: São destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como em casos de guerra, calamidade pública ou comoção interna. A abertura de créditos extraordinários é feita por decreto do Poder Executivo e deve ser submetida ao Congresso Nacional no prazo de 30 dias.

Em todos os casos, os créditos adicionais são incorporados ao orçamento e sujeitos aos mesmos mecanismos de controle e execução das outras despesas orçamentárias.

Questão 03

Explique a importância da análise das demonstrações financeiras por meio dos índices de liquidez, endividamento e rotação de estoques, e descreva como cada um desses índices é calculado.

Padrão de Resposta:

A análise das demonstrações financeiras é fundamental para avaliar a saúde financeira e a sustentabilidade de uma empresa. Os índices de liquidez, endividamento e rotação de estoques são três indicadores-chave nessa análise.

Índices de Liquidez: Estes indicam a capacidade de uma empresa em honrar seus compromissos de curto prazo. Os principais índices de liquidez incluem: liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante), liquidez seca (ativo circulante - estoques / passivo circulante) e liquidez imediata (caixa e equivalentes de caixa / passivo circulante). Quanto maior o índice, maior é a capacidade da empresa de pagar suas dívidas.

Índices de Endividamento: Estes indicam a proporção de capital de terceiros que a empresa está utilizando para financiar suas atividades. O índice de endividamento é calculado dividindo-se o total de passivos pelo total de ativos. Quanto maior o índice, maior o risco para os credores.

Rotação de Estoques: Este índice indica quantas vezes, em média, o estoque foi renovado durante um período. É calculado dividindo-se o custo das mercadorias vendidas pelo estoque médio. Quanto maior a rotação, mais eficiente é a gestão de estoques da empresa.



A análise desses índices, em conjunto com outras informações financeiras, pode ajudar os investidores, credores e a própria gestão da empresa a tomar decisões mais informadas e estratégicas.

CARGO: 412 - ENFERMEIRO

Questão 01

A cicatrização é um processo fisiológico dinâmico que busca restaurar a continuidade dos tecidos. O processo de cicatrização caracteriza-se por 03 fases. Cada fase possui atividades celulares muito específicas, que desencadeiam e impulsionam o processo de reparação tecidual (Manual de padronização de curativos, 2021). É importante que o enfermeiro saiba reconhecer as 03 fases da cicatrização para que possa implementar o cuidado correto com a ferida. Cite os nomes das 03 fases de cicatrização e descreva-as com suas características.

Padrão de Resposta:

O candidato deverá contemplar em seu texto as seguintes informações:

FASES DA CICATRIZAÇÃO É importante sabermos reconhecer as 3 fases da cicatrização para que possamos implementar o cuidado correto com a ferida. **FASE DE INFLAMAÇÃO OU EXSUDATIVA (limpeza)** – a primeira fase de hemostasia e inflamação iniciam-se com a ruptura de vasos sanguíneos e o extravasamento de sangue. Durante este processo ocorre o recrutamento de macrófagos e neutrófilos, ou seja, ocorre reação completa do tecido conjuntivo vascularizado em resposta à agressão do tecido, cujo objetivo é interromper a causa inicial (dor, calor rubor e edema). **FASE PROLIFERATIVA (granulação e reepitelização)** – caracteriza-se pela neovascularização e proliferação de fibroblastos, com formação de tecido róseo, mole e granular na superfície da ferida (3 a 4 dias). **FASE DE MATURAÇÃO OU REMODELAGEM DO COLÁGENO:** é a fase final de cicatrização de uma ferida, caracterizada pela redução e pelo fortalecimento da cicatriz. Durante esta fase, a cicatriz se contrai e torna-se pálida e a cicatriz madura se forma 3 semanas a 1 ano a mais. *Atenção: o tecido cicatricial sempre vai ser menos elástico do que a pele circundante. (Secretaria Municipal de Saúde – Manual de Padronização de Curativos – Janeiro/2021.)*

Questão 02

A sífilis é uma infecção bacteriana sistêmica, crônica, curável e exclusiva do ser humano. Quando não tratada, evolui para estágios de gravidade variada, podendo acometer diversos órgãos e sistemas do corpo. O Brasil apresenta uma reemergência da doença. Diante disso, os profissionais de saúde devem estar aptos a identificar as manifestações clínicas, conhecer os testes diagnósticos disponíveis, e, principalmente, saber interpretar o resultado do exame para diagnóstico e controle de tratamento (BRASIL, 2022). Sobre a Sífilis, cite a classificação clínica com suas principais manifestações clínicas e seus respectivos esquemas terapêuticos, incluindo a via de administração e local de administração.

Padrão de Resposta:

O candidato deverá contemplar em seu texto as seguintes informações contidas no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de



Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022:

5.3 *Classificação clínica da sífilis: A sífilis é dividida em estágios que orientam o seu tratamento e monitoramento, conforme segue: > **Sífilis recente (primária, secundária e latente recente):** até um ano de evolução; > **Sífilis tardia (latente tardia e terciária):** mais de um ano de evolução.* 5.6.2 *Tratamento de sífilis recente, sífilis tardia e neurosífilis. **Sífilis primária. Manifestações clínicas:** Cancro duro (úlceras genitais), Linfonodos regionais. **Sífilis secundária. Manifestações clínicas:** Lesões cutâneo-mucosas (roséola, placas mucosas, sífilides papulosas, sífilides palmoplantares, condiloma plano, alopecia em clareira, madarose, rouquidão), Micropoliadenopatia, Linfadenopatia generalizada, Sinais constitucionais, Quadros neurológicos, oculares, hepáticos. **Sífilis latente recente (até um ano de duração): Manifestações clínicas:** Assintomática. (até um ano de duração) **Sífilis latente tardia (mais de um ano de duração): Manifestações clínicas:** Assintomática. **Sífilis terciária. Manifestações clínicas:** Cutâneas: lesões gomosas e nodulares, de caráter destrutivo; Ósseas: periostite, osteíte gomosa ou esclerosante, artrites, sinovites e nódulos justa-articulares; Cardiovasculares: estenose de coronárias, aortite e aneurisma da aorta, especialmente da porção torácica; Neurológicas: meningite, gomas do cérebro ou da medula, atrofia do nervo óptico, lesão do sétimo par craniano, manifestações psiquiátricas, tabes dorsalis e quadros demenciais como o da paralisia geral. **Sífilis recente: sífilis primária, secundária e latente recente (com até um ano de evolução): ESQUEMA TERAPÊUTICO:** Benzilpenicilina benzatina 2,4 milhões UI, IM, dose única (1,2 milhão UI em cada glúteo). **Sífilis tardia: sífilis latente tardia (com mais de um ano de evolução) ou latente com duração ignorada e sífilis terciária: ESQUEMA TERAPÊUTICO:** Benzilpenicilina benzatina 2,4 milhões UI, IM, 1x/semana (1,2 milhão UI em cada glúteo) por 3 semanas Dose total: 7,2 milhões UI, IM.*

OBS.: Para as classificações que tem várias manifestações clínicas aceitar como resposta citar no mínimo 2 manifestações clínicas corretas.



Quadro 11 – Manifestações clínicas da sífilis adquirida, de acordo com o tempo de infecção, evolução e estágios da doença

ESTÁGIOS DA SÍFILIS ADQUIRIDA	MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS	ESTADIAMENTO	ESQUEMA TERAPEUTICO	ALTERNATIVA* (EXCETO PARA GESTANTES)	SEGUIMENTO (TESTE NÃO TREPONÊMICO)
Sífilis primária	Cancro duro (úlceras genitais) Linfonodos regionais				
Sífilis secundária	Lesões cutâneo-mucosas (roséola, placas mucosas, sífilides papulosas, sífilides palmoplantares, condiloma plano, alopecia em careira, maderose, rouquidão) Micropiladenopatia Linfadenopatia generalizada Sinais constitucionais Quadros neurológicos, oculares, hepáticos	Sífilis recente: sífilis primária, secundária e latente recente (com até um ano de evolução) Sífilis tardia: sífilis latente tardia (com mais de um ano de evolução) ou latente com duração ignorada e sífilis terciária	Benzilpenicilina benzatina 2,4 milhões UI, IM, dose única (1,2 milhão UI em cada glúteo) ^b Benzilpenicilina benzatina 2,4 milhões UI, IM, 1x/semana (1,2 milhão UI em cada glúteo) por 3 semanas ^c ou Dose total: 7,2 milhões UI, IM	Doxiciclina 100mg, 12/12h, VO, por 15 dias Doxiciclina 100mg, 12/12h, VO, por 30 dias	Teste não treponêmico trimestral (em gestantes, o controle deve ser mensal) Teste não treponêmico trimestral (em gestantes, o controle deve ser mensal)
Sífilis latente recente (até um ano de duração)	Assintomática				
Sífilis latente tardia (mais de um ano de duração)	Assintomática				
Sífilis terciária	Cutâneas: lesões gomosas e nodulares, de caráter destrutivo Ósseas: periostite, osteíte gomosa ou esclerosante, artrites, sinovites e nódulos justa-articulares Cardiovasculares: estenose de coronárias, aortite e aneurisma da aorta, especialmente da porção torácica Neurológicas: meningite, gomas do cérebro ou da medula, atrofia do nervo óptico, lesão do sétimo par craniano, manifestações psiquiátricas, tabes dorsalis e quadros demenciais como o da paralisia geral	Neurosífilis	Benzilpenicilina potássica/cristalina 18–24 milhões UI, 1x/ dia, IV, administrada em doses de 3–4 milhões UI, a cada 4 horas ou por infusão contínua, por 14 dias	Ceftriaxona 2g, IV, 1x/ dia, por 10–14 dias	Exame de LCR de 6/6 meses até normalização

Fonte: DCCI/SVS/MS.

Fonte: DCCI/SVS/MS.

^a A benzilpenicilina benzatina é a única opção segura e eficaz para o tratamento adequado das gestantes.

^b No caso de sífilis recente em gestantes, alguns especialistas recomendam uma dose adicional de 2,4 milhões de unidades de penicilina G benzatina, IM, uma semana após a primeira dose⁶.

^c Em não gestantes, o intervalo entre doses não deve ultrapassar 14 dias. Caso isso ocorra, o esquema deve ser reiniciado⁶. Em gestantes, o intervalo entre as doses não deve ultrapassar sete dias. Caso isso ocorra, o esquema deve ser reiniciado⁶.

Questão 03

A síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA) caracteriza-se por uma alteração da membrana alvéolo-capilar, sendo causada por uma lesão de natureza inflamatória que determina a formação de edema rico em proteínas, que extravasa para o interior dos alvéolos, levando à insuficiência respiratória aguda. Na fase precoce da SDRA, recomenda-se manter o paciente em posição prona o maior tempo possível, até a estabilização do quadro para então retorná-lo à posição supina e avaliar se existe a necessidade de retorná-lo à prona. Devido as dificuldades encontradas em atender os pacientes que utilizam respiradores mecânicos e ao índice crescente de diagnóstico de SDRA existe uma lista de cuidados de enfermagem para nortear a assistência, tanto na ventilação mecânica quanto aos pacientes submetidos à posição prona (VIANA, TORRE, 2017). Nesse contexto, cite e descreva cinco cuidados de enfermagem com suas respectivas justificativas para os pacientes submetidos à posição prona.

Padrão de Resposta:

O candidato deverá contemplar em seu texto as seguintes informações contidas no “Enfermagem em terapia intensiva: práticas integrativas”. -- Barueri, SP: Manole, 2017.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM AO PACIENTE EM VENTILAÇÃO MECÂNICA E POSIÇÃO PRONA. Ao considerar as dificuldades encontradas em atender os pacientes que utilizam respiradores mecânicos e ao índice crescente de diagnóstico de SDRA, propõe-se nas Tabelas 3 e 4 uma lista de cuidados de enfermagem para nortear a assistência, tanto na ventilação mecânica quanto aos pacientes submetidos à posição prona.

Cuidados de enfermagem: Preparar todo material necessário para o posicionamento do paciente em pronação (equipamento de proteção individual – EPI, seringas, eletrodos, tampinhas, agulhas, coxins Vollman® e outros). **Justificativa:** Ocasionalmente ocasionar uma ação sistematizada, para que não ocorra estresse na equipe, e promover um procedimento



adequado no momento de posicionar o paciente.

Cuidados de enfermagem: Analisar as condições hemodinâmicas antes da virada, observando o surgimento de hipotensão e arritmias cardíacas. Justificativa: Realizar ajuste de drogas vasoativas quando necessário, efetuando a manobra com segurança

Cuidados de enfermagem: Verificar se o tubo endotraqueal está bem posicionado e fixado de forma segura Justificativa: Prevenir a seletividade do tubo endotraqueal ou extubação acidental.

Cuidados de enfermagem: Reavaliar o nível de sedação, uma vez que essa posição requer maior nível de sedação. Justificativa: Promover maior conforto para o paciente durante o procedimento.

Cuidados de enfermagem: Realizar aspirações do tubo endotraqueal antes da mobilização do paciente para a posição prona e durante sua permanência. Justificativa: Evitar a obstrução de vias aéreas, que pode ocorrer em razão do acúmulo de secreções.

Cuidados de enfermagem: Monitorizar a oxigenação do paciente, por meio da oximetria de pulso e gasometria. Justificativa: Observar sinais de dessaturação transitória e avaliar os valores gasométricos.

Cuidados de enfermagem: Manter a cabeça voltada para o lado contrário do acesso. Justificativa: Evitar contaminação do local do acesso com drenagem de secreção da cavidade oral.

CARGO: 413 - ENGENHEIRO AGRIMENSOR

Questão 01

Discorra acerca de como o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS) foi criado e implementado no Brasil, e suas principais características e benefícios para o país.

Padrão de Resposta:

O Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS) foi criado com o objetivo de compatibilizar os sistemas geodésicos utilizados pelos países da América do Sul. O projeto SIRGAS foi criado na Conferência Internacional para Definição de um Referencial Geocêntrico para América do Sul, realizada em 1993 em Assunção – Paraguai. Os primeiros resultados do SIRGAS foram divulgados na reunião científica da International Association of Geodesy (IAG), realizada no Rio de Janeiro em 1997. Estes resultados se traduzem em uma das redes de referência continentais mais precisas do mundo.

No Brasil, a definição, implantação e manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) é de responsabilidade do IBGE. Em 2015, foi definido o término do período de transição para adoção no Brasil do SIRGAS2000 como novo sistema de referência geodésico para o SGB e para o Sistema Cartográfico Nacional (SCN).

O SIRGAS2000 possui diversas características técnicas importantes. Ele utiliza o Sistema de Referência Terrestre Internacional (ITRS) como sistema geodésico de referência e adota a figura geométrica do Elipsóide do Sistema Geodésico de Referência de 1980 (GRS80) para a Terra. A origem do sistema é o centro de massa da Terra e sua orientação é consistente com as direções definidas pelo Bureau International de l'Heure (BIH) em 1984,0. O sistema é materializado por intermédio das estações que compõem a Rede Geodésica Brasileira.

A implementação do SIRGAS no Brasil traz diversos benefícios para o país. Ele



permite uma maior precisão nos levantamentos geodésicos e uma maior compatibilidade com os sistemas geodésicos utilizados pelos outros países da América do Sul. Além disso, ele também facilita a integração das informações geográficas entre os países da região.

Questão 02

Explique as principais características da projeção UTM e como ela é aplicada para representar dados espaciais.

Padrão de Resposta:

A projeção UTM é um caso particular da Projeção Transversa de Mercator, que é um método utilizado para projetar os dados para o plano. A Sigla UTM significa Universal Transversa de Mercator, onde: Universal – Está ligado ao modelo matemático utilizado para a projeção da terra; Transversa – A projeção é transversa, pois o eixo do cilindro utilizado é perpendicular em relação ao semieixo menor do elipsoide terrestre.

A projeção UTM é conforme, portanto mantém os ângulos e a forma das pequenas áreas. O Cilindro de projeção é secante ao elipsoide de revolução, segundo os meridianos, ao longo dos quais não ocorrem deformações de projeção ($K=1$). As áreas entre os meridianos de secância sofrem reduções de escala ($K<1$), enquanto as áreas fora dos meridianos de secância apresentam escalas ampliadas ($K>1$). Desta forma permite-se que as distorções de escala sejam distribuídas ao longo do fuso de 6° .

O elipsoide terrestre é dividido em 60 fusos parciais com 6° de amplitude cada um. O coeficiente de redução máxima ocorre ao longo do meridiano central do fuso (MC) e tem o valor constante $K=0,9996$. A origem do sistema cartesiano de coordenadas é formada pelo meridiano central do fuso (eixo Y) cujo valor é $E=500.000,00$ metros, e pelo Equador (eixo X) que tem valor $N=0,00$ metros, para coordenadas no hemisfério norte e $N= 10.000.000,00$ metros, para coordenadas no hemisfério sul.

As constantes de $E=500.000$ m e $N= 10.000.000$ m chamadas, respectivamente, de Falso Oeste e Falso Norte visam evitar coordenadas negativas. Em latitude, os fusos são limitados ao paralelo de 80 N e 80 S, porque as deformações tornar-se muito acentuadas para latitudes superiores. As regiões polares devem ser representadas pela projeção Universal Polar Estereográfica.

A projeção UTM é amplamente utilizada na cartografia para representar dados espaciais em mapas topográficos e temáticos. Ela permite uma representação precisa e detalhada das informações geográficas em uma área limitada. O conhecimento acerca do fuso é fundamental para o posicionamento correto das coordenadas do sistema UTM.

Questão 03

Descreva os principais métodos de posicionamento por GPS utilizados para georreferenciamento de imóveis rurais, suas características e aplicações específicas.

Padrão de Resposta:

Os principais métodos de posicionamento por GPS utilizados para georreferenciamento de imóveis rurais são o posicionamento relativo estático, estático-rápido, semicinemático e cinemático. No posicionamento relativo, as coordenadas do vértice de interesse são determinadas a partir de um ou mais vértices de coordenadas conhecidas. Neste caso é necessário que dois ou mais receptores GNSS colem dados



simultaneamente, onde ao menos um dos receptores ocupe um vértice de referência. No posicionamento relativo estático, tanto o(s) receptor(es) do(s) vértice(s) de referência quanto o(s) receptor(es) do(s) vértice(s) de interesse devem permanecer estacionados (estáticos) durante todo o levantamento. Neste método, a sessão de rastreamento se estende por um longo período.

O posicionamento relativo estático-rápido é similar ao relativo estático, porém, a diferença básica é a duração da sessão de rastreamento, que neste caso, em geral é inferior a 20 minutos. Por não haver necessidade de manter o receptor coletando dados no deslocamento entre os vértices de interesse, esse método é uma alternativa para os casos onde ocorram obstruções no intervalo entre os vértices de interesse.

O posicionamento relativo semicinemático (stop and go) é uma transição entre o estático-rápido e o cinemático. O receptor que ocupa o vértice de interesse permanece estático, porém num tempo de ocupação bastante curto, necessitando coletar dados no deslocamento entre um vértice de interesse e outro.

No posicionamento relativo cinemático, enquanto um ou mais receptores estão estacionados no(s) vértice(s) de referência, o(s) receptor(es) que coleta(m) dados dos vértices de interesse permanece(m) em movimento. A cada instante de observação, que coincide com o intervalo de gravação, é determinado um conjunto de coordenadas. Este método é apropriado para o levantamento de limites de imóveis definidos por feições lineares com muita sinuosidade.

Cada método possui suas características e aplicações específicas e a escolha do método mais adequado depende das condições do terreno e dos objetivos do levantamento.

CARGO: 414 - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Questão 01

Discorra acerca de como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) pode contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa e promover o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento.

Padrão de Resposta:

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é um dos mecanismos de flexibilização criados pelo Protocolo de Quioto para auxiliar o processo de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) ou de captura de carbono (ou sequestro de carbono) por parte dos países do Anexo I. O propósito do MDL é prestar assistência às Partes Não Anexo I da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC, ou com a sigla em inglês UNFCCC) para que viabilizem o desenvolvimento sustentável através da implementação da respectiva atividade de projeto e contribuam para o objetivo final da Convenção e, por outro lado, prestar assistência às Partes Anexo I para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões de gases do efeito estufa.

Países em desenvolvimento podem implementar projetos que contribuam para a sustentabilidade e apresentem uma redução ou captura de emissões de gases causadores do efeito estufa, obtendo como resultado as Reduções Certificadas de Emissões (RCEs, ou na sigla em inglês, CERs). Os RCEs emitidos pelo Conselho Executivo do MDL, podem ser negociados no mercado global. Como os países industrializados (Partes Anexo I) possuem



cotas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa, estes podem adquirir os RCEs de desenvolvedores de projetos em países em desenvolvimento para auxiliar no cumprimento de suas metas.

O MDL visa ao alcance do desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento (país anfitrião), a partir da implantação de tecnologias mais limpas nestes países. Para os países do Anexo I, o mecanismo facilita que cumpram suas reduções de emissão. Os projetos de MDL podem ser baseados em fontes renováveis e alternativas de energia, eficiência e conservação de energia ou reflorestamento.

Existem regras claras e rígidas para aprovação de projetos no âmbito do MDL. Estes projetos devem utilizar metodologias aprovadas, devem ser validados e verificados por Entidades Operacionais Designadas (EODs), e devem ser aprovados e registrados pelo Conselho Executivo do MDL. Os projetos devem ser aprovados pelo governo do país anfitrião através da Autoridade Nacional Designada (AND), assim como pelo governo do país que comprará os CERs. No Brasil, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, estabelecida em 1999, atua como a AND Brasileira.

Em resumo, o MDL pode contribuir para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa através da implementação de projetos que promovam o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento. Esses projetos podem incluir fontes renováveis e alternativas de energia, eficiência energética, conservação energética ou reflorestamento. Além disso, os RCEs gerados pelos projetos podem ser negociados no mercado global, permitindo que os países industrializados adquiram esses créditos para auxiliar no cumprimento das suas metas.

Questão 02

Disserte sobre como o uso excessivo de fertilizantes nitrogenados pode afetar o ciclo biogeoquímico do nitrogênio.

Padrão de Resposta:

O uso excessivo de fertilizantes nitrogenados pode afetar o ciclo biogeoquímico do nitrogênio de várias maneiras. Em primeiro lugar, pode aumentar a quantidade de nitrogênio disponível no solo, o que pode levar à eutrofização, um processo de enriquecimento excessivo de nutrientes de um corpo de água. Isso pode resultar em um crescimento excessivo de algas, que podem bloquear a luz solar e sufocar outras plantas aquáticas. Além disso, as algas mortas podem se decompor e liberar toxinas na água, o que pode prejudicar a vida aquática.

Em segundo lugar, o uso excessivo de fertilizantes nitrogenados pode levar à poluição do ar e da água. Quando os fertilizantes são aplicados ao solo, eles podem ser lixiviados para os lençóis freáticos ou lavados para os rios e lagos. Isso pode levar à poluição da água potável e à contaminação de rios e lagos, o que pode prejudicar a vida aquática.

Em terceiro lugar, o uso excessivo de fertilizantes nitrogenados pode levar à perda de biodiversidade. A eutrofização pode reduzir a diversidade de plantas aquáticas, o que pode prejudicar a vida animal aquática. Além disso, a poluição do ar e da água pode prejudicar a saúde das plantas e animais terrestres.

Aqui estão algumas medidas que podem ser tomadas para reduzir o impacto do uso excessivo de fertilizantes nitrogenados:



- Usar fertilizantes de forma mais eficiente, aplicando apenas a quantidade necessária de nitrogênio para as plantas.
- Usar fertilizantes naturais, como compostos e esterco, em vez de fertilizantes sintéticos.
- Rotacionar culturas de leguminosas, que fixam o nitrogênio atmosférico no solo.
- Adotar práticas de conservação do solo, como plantio direto e cobertura vegetal, que ajudam a reduzir a lixiviação de nutrientes.

É importante que a comunidade científica, os agricultores e os tomadores de decisão trabalhem juntos para encontrar maneiras de reduzir o impacto do uso excessivo de fertilizantes nitrogenados.

Para responder à pergunta, é importante entender os quatro passos do ciclo biogeoquímico do nitrogênio:

- **Fixação:** é o processo de converter o nitrogênio gasoso (N_2), que é abundante na atmosfera, em formas que podem ser usadas pelas plantas, como nitrato (NO_3^-) ou amônio (NH_4^+).
- **Mineralização:** é o processo de decompor a matéria orgânica nitrogenada, como proteínas e aminoácidos, em formas inorgânicas, como NH_4^+ e NO_3^- .
- **Nitrificação:** é o processo de oxidar o NH_4^+ em NO_2^- e, posteriormente, em NO_3^- .
- **Desnitrificação:** é o processo de reduzir o NO_3^- a N_2 , que é liberado na atmosfera.

O uso excessivo de fertilizantes nitrogenados pode afetar cada um desses passos do ciclo. Por exemplo, o uso excessivo de fertilizantes sintéticos pode aumentar a quantidade de nitrogênio disponível para as plantas, o que pode levar à eutrofização. Além disso, o uso excessivo de fertilizantes sintéticos pode aumentar a quantidade de nitrogênio que é lixiviado para o solo e para a água, o que pode levar à poluição.

É importante que os agricultores e os formuladores de políticas públicas estejam cientes dos impactos do uso excessivo de fertilizantes nitrogenados. Medidas podem ser tomadas para reduzir o uso de fertilizantes nitrogenados e para mitigar os seus impactos ambientais.

Questão 03

Um corpo de água poluído por lançamentos de matéria orgânica biodegradável sofre um processo natural de recuperação denominado autodepuração. Explique as etapas do processo de autodepuração.

Padrão de Resposta:

A autodepuração é um processo natural de recuperação de um corpo de água poluído por lançamentos de matéria orgânica biodegradável. O processo ocorre em duas etapas principais:

Etapa 1: decomposição. Nesta etapa, a matéria orgânica biodegradável é consumida por microrganismos aeróbios, que transformam os compostos orgânicos de cadeias mais complexas em compostos mais simples, como amônia, aminoácidos e dióxido de carbono. Durante a decomposição, há um decréscimo nas concentrações de oxigênio dissolvido na água por causa da respiração dos microrganismos. O processo de autodepuração completa-se com a reposição, pela reaeração, desse oxigênio consumido.

Etapa 2: recuperação do oxigênio dissolvido ou reaeração. Existem fontes contínuas que adicionam oxigênio à água: a atmosfera e a fotossíntese. As trocas atmosféricas são mais intensas quanto maior for a turbulência no curso de água. Ocorre que, durante a fase de decomposição, usualmente o consumo é maior do que a reposição por ambas as fontes.



Apenas quando cessa a decomposição e os microrganismos morrem é que o oxigênio começa a 'sobrar', e sua concentração aumenta novamente.

O fenômeno da autodepuração pode ser dividido em quatro zonas características:

- Zona anterior ao lançamento de matéria orgânica: em geral é uma região de águas limpas, com elevada concentração de oxigênio dissolvido e vida aquática superior.*
- Zona de degradação: localiza-se a jusante do ponto de lançamento do poluente biodegradável, sendo caracterizada por uma diminuição inicial na concentração de oxigênio dissolvido, sedimentação de parte do material sólido e aspecto indesejável. Nessa região, ainda existem peixes que afluem ao local em busca de alimentos, quantidade elevada de bactérias e fungos, mas poucas algas.*
- Zona de decomposição ativa: é a zona em torno da qual a concentração de oxigênio dissolvido atinge o valor mínimo, podendo inclusive tornar-se igual a zero em alguns casos. Nessa região, a quantidade de bactérias e fungos diminui, havendo também uma redução ou mesmo eliminação da quantidade de organismos aeróbios.*
- Zona de recuperação: nessa zona, ocorre um aumento na concentração de oxigênio dissolvido, pois os mecanismos de reaeração acabam predominando sobre os mecanismos de desoxigenação. A concentração de oxigênio pode voltar a atingir a concentração de saturação.*

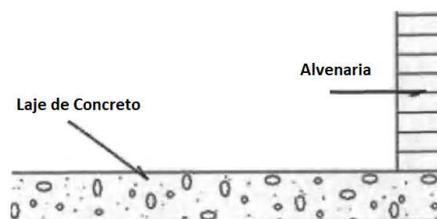
O aspecto das águas melhora continuamente, havendo uma redução na quantidade de bactérias e fungos e um aumento na quantidade de peixes e outros organismos aeróbios. Existe uma tendência para a proliferação de algas em consequência da disponibilidade de nutrientes, resultante da decomposição da matéria orgânica.

A autodepuração é um processo lento e depende de uma série de fatores, como a quantidade de matéria orgânica lançada, a temperatura da água, a turbulência do curso de água e a presença de microrganismos aeróbios.

CARGO: 415 - ENGENHEIRO CIVIL

Questão 01

Considere uma laje de cobertura exposta com platibanda de alvenaria, como mostra o esquema da Figura seguinte:



Com base nas normas técnicas e procedimentos executivos de impermeabilização padrões da construção civil, explique a correta sequência de execução do tratamento para a laje apresentada, de modo que não ocorram problemas futuros de infiltrações e outras patologias que daí possam surgir (OBS: durante o embasamento de sua resposta, poderão ser utilizados conceitos, definições, desenhos esquemáticos, legendas etc.).

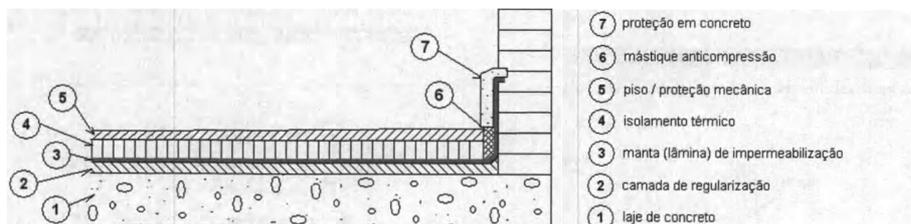
Padrão de Resposta:



O candidato deverá dissertar sobre o procedimento técnico de proteção da laje de cobertura. Deve ele iniciar o discurso informando que, sobre o concreto da laje, aplica-se, inicialmente, **uma camada regularizadora** (piso argamassado ou concreto magro) para receber **a manta de impermeabilização**. Devem citar quais são e que recomendações as principais normas técnicas de execução de impermeabilização tratam, podendo-se citar as NBR's NBR 9574:2008 – Execução de impermeabilização e NBR 9575:2010 – Impermeabilização (Seleção e projeto), e explanar que, além do disposto na NBR, também podem existir recomendações fornecidas pelo próprio fabricante do material, notadamente no tocante a sobreposição de emendas da manta para assegurar a estanqueidade, sobre as viradas de manta em parede da platibanda (usualmente 30cm a 60cm de altura) e ainda sobre o teste de estanqueidade da manta asfáltica solicitado por norma, geralmente realizado por um período de 72h.

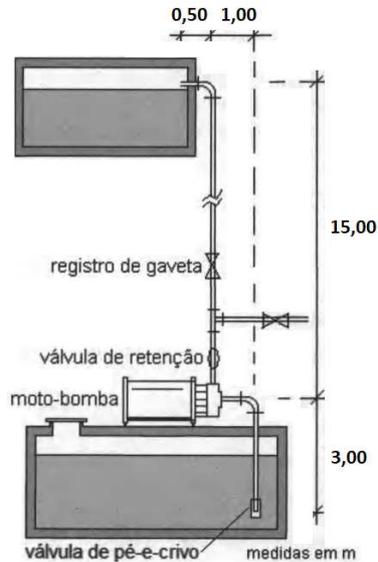
Citar ainda que, na sequência, dispõe-se o **material isolante térmico** (para maior eficiência, deve ficar mais próximo da fonte de calor, por isso é aplicado após a manta) e, sobre este, a preparação para o acabamento final – piso, com função de **proteção mecânica**. A espessura das camadas deve levar em consideração as condições ambientais (insolação, gradiente térmico, nível de agressividade do meio, natureza da utilização do espaço de cobertura).

O candidato deverá informar ainda que, próximo aos contornos da platibanda, aplica-se o **piso com leve decaimento** para afastar água da chuva dos cantos e orientá-los para os ralos de drenagem existentes sobre a laje. Pode ser necessário que o candidato esquematize como a figura a seguir, esclarecendo a sequência de etapas para o procedimento técnico empregado:



Questão 02

Suponha que você precisa dimensionar a instalação do conjunto elevatório com bomba (reservatório inferior com recalque para reservatório elevado) mostrado na figura seguinte:



Adote:
perda de
perda de

volume

tempo de operação diária da bomba: 6h

comprimento equivalentes (correspondentes
aos diâmetros já calculados):

válvula de pé-e-crivo: 12m

joelho na tubulação de sucção: 1,8m

válvula de retenção: 4,0m

registro de gaveta: 0,4m

tê: 1,1m

joelho na tubulação de recalque: 1,4m

saída de canalização: 1,0m

Com base na situação apresentada, calcule a potência nominal da bomba a ser utilizada
nessa instalação (OBS: apresente os cálculos).

carga unitária na sucção: 0,02m/m
carga unitária no recalque: 0,08m/m
rendimento da bomba: 35%
a ser recalcado por dia: 18000L

Padrão de Resposta:

Para dimensionar o conjunto elevatório, o candidato poderá seguir o seguinte roteiro de cálculo:

- 1- Determinação da vazão horária de recalque e do período de funcionamento da bomba*
- 2- Determinar o diâmetro da tubulação de Recalque (D_R) – utiliza-se a fórmula de Forchheimer:*

$$D_R = 1,3 \cdot Q_R^{1/2} \cdot X^{1/4}$$

Onde Q_R é a vazão de recalque (m^3/s) e:

$$X = \frac{\text{horas de funcionamento diário da bomba}}{24h}$$

- 3 - Determinar o diâmetro da tubulação de sucção - adota-se o diâmetro comercial imediatamente superior ao diâmetro da tubulação de recalque.*



4 – Cálculo da potência do conjunto moto-bomba:

$$P = (\gamma \cdot Q \cdot R \cdot H_{man}) / (75 \cdot \eta)$$

Onde:

P : potência necessária para a moto-bomba;

γ : peso específico da água (1000 kgf/m^3);

H : altura manométrica dinâmica (m);

η : rendimento da motobomba (grandeza adimensional).

Com os dados da questão, temos:

Vazão de recalque: $QR = 18 \text{ m}^3 / 6 \text{ h} = 3 \text{ m}^3 / \text{h} = 0,83 \cdot 10^{-3} \text{ m}^3 / \text{s}$.

Comprimentos equivalentes de tubulação (compr. equivalentes + perda de carga):

Na sucção: $3 + 1 + 12 + 1,8 = 17,80 \text{ m}$

No recalque: $15 + 0,5 + 4 + 1,1 + 0,4 + 0,3 + 1,4 + 1,0 = 23,7 \text{ m}$

Perdas de carga:

Na sucção (J_{suc}) = $0,02 \times 17,8 = 0,35 \text{ m}$

No recalque (J_{rec}) = $0,08 \times 23,7 = 1,89 \text{ m}$

Altura manométrica:

$$H_{man} = H_{(man(suc))} + H_{(man(rec))}$$

Onde:

$$H_{(man(suc))} = H_{(geom.(suc))} + J_{suc} = 3 + 0,35 = 3,35 \text{ m}$$

$$H_{(man(rec))} = H_{(geom.(rec))} + J_{rec} = 15 + 1,89 = 16,89 \text{ m}$$

Logo:

$$H_{man} = 3,35 + 16,89 = 20,24 \text{ m}$$

Por fim, calcula-se a potência da moto-bomba:

$$P = (1000 \cdot 0,83 \cdot 10^{-3} \cdot 20,24) / (75 \cdot 0,35) = 0,77 \text{ CV}$$

Observa-se que a potência da bomba é de aproximadamente 0,8 CV.

Questão 03

Para o gerenciamento eficaz de obras públicas ou privadas, o gestor deve adotar um ou mais instrumentos de planejamento e acompanhamento de obras. Sabe-se que, dentre esses

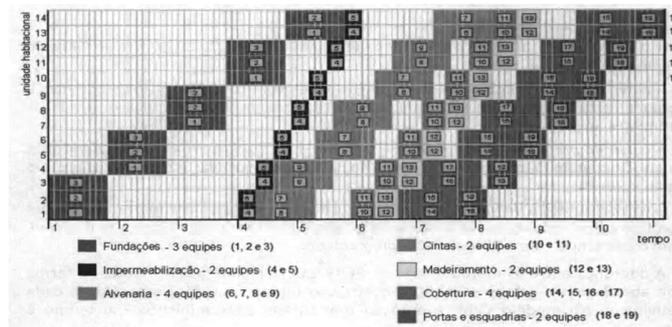


instrumentos, atualmente se tem utilizado com frequência a *Linha de Balanço* e a *Curva S* (custos). Disserte sobre essas duas ferramentas, expondo suas definições, finalidades e aplicações no contexto de gestão de obras (OBS: durante o embasamento de sua resposta, poderão ser utilizados conceitos, definições, desenhos esquemáticos, legendas etc.).

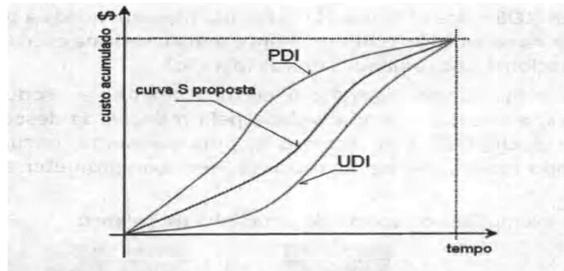
Padrão de Resposta:

O candidato deverá dissertar sobre esses dois instrumentos de planejamento e acompanhamento de obras de forma descritiva (teórica) e prática. Deve ele abranger em seu discurso as principais definições que seguem:

A *Linha de Balanço (LOB)* é a técnica mais adequada para a programação de projetos e obras repetitivas na construção civil. Um bom exemplo seria a execução de casas de um conjunto habitacional ou um edifício de múltiplos pavimentos (unidades padrão). Essa técnica visa distribuir as atividades da *Estrutura analítica do projeto (EAP)* em um gráfico que condensa as seguintes informações: Prazo total da obra, Unidade de repetição ou lote de produção, serviços agrupados em pacotes de produção e com indicação das respectivas equipes, bem como o fluxo balanceado da produção do empreendimento. O bom uso desse instrumento permite manter a produção uniforme, sem cume e vales no planejamento, e ainda aumentar a produtividade pela redução da descontinuidade nos trabalhos. A LOB faz com que os recursos sejam otimizados e o prazo da obra seja mais bem estimado e controlado, pois favorece a alocação racional das equipes e melhora a visualização da seqüência executiva. A figura a seguir exemplifica um planejamento em LOB:



A curva S, por sua vez, permite comparar o custo (ou % de custo) acumulado desembolsados ao longo dos meses da construção. Constitui uma representação gráfica do projeto ao longo do tempo. É sobremodo útil para a análise do comportamento do fluxo de caixa e a verificação de compatibilidade entre o gasto e o que foi executado de fato. A curva S também permite, na fase de planejamento, definir o montante dos recursos requeridos para a execução da obra, e que serão aplicados ao longo do tempo programado. Na fase de execução, por outro lado, esse instrumento é capaz de indicar a necessidade de um replanejamento, no caso de evidenciar possível descumprimento de prazo ou de custos previstos. A figura a seguir exemplifica a Curva S de um projeto de construção:



CARGO: 416 - ENGENHEIRO ELETRICISTA

Questão 01

A seleção e a instalação de linhas elétricas de baixa tensão devem levar em conta princípios fundamentais, estabelecidos por Norma, que sejam aplicáveis aos condutores, suas terminações e emendas, aos suportes e suspensões a eles associados e aos seus invólucros ou métodos de proteção contra influências externas. Assim, as dimensões internas dos eletrodutos e de suas conexões devem permitir que, após montagem da linha, os condutores possam ser instalados e retirados com facilidade. Portanto, discorra em um texto, contemplando as seguintes perguntas:

- 1) Que Norma brasileira trata das instalações elétricas de baixa tensão?
- 2) O que é a Taxa de Ocupação do Eletroduto?
- 3) Qual a taxa de ocupação máxima do eletroduto, para o caso de 2 (dois) condutores?
- 4) Qual o comprimento máximo para as linhas internas das edificações, para um trecho retilíneo de tubulação, contínuo e sem interposição de caixas ou equipamentos?

Padrão de Resposta:

O candidato deve contemplar em seu texto as seguintes informações:

1 – NBR 5410 de 2008.

2 – É o quociente entre a soma das áreas das seções transversais dos condutores previstos, calculadas com base no diâmetro externo, e a área útil da seção transversal do eletroduto.

3 – 31%

4 – 15 metros

Exemplo:

A Norma brasileira que trata das instalações elétricas de baixa tensão é a NBR 5410 de 2008. Conforme essa Norma, a taxa de ocupação do eletroduto é definida como o quociente entre a soma das áreas das seções transversais dos condutores previstos, calculadas com base no diâmetro externo, e a área útil da seção transversal do eletroduto.

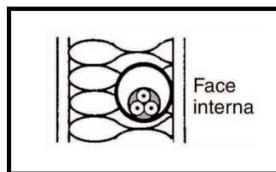
Ainda com relação a essa Norma, a taxa de ocupação máxima do eletroduto, para o caso de 2 (dois) condutores, deverá ser de 31%, e que o comprimento máximo para as linhas internas das edificações, para um trecho retilíneo de tubulação, contínuo e sem interposição de caixas ou equipamentos, deverá ser de 15 metros.



Questão 02

Você como engenheiro eletricista, e baseando-se pela Norma brasileira que trata das instalações elétricas de baixa tensão, redija um texto dissertativo-argumentativo, respondendo aos seguintes questionamentos:

- 1) Qual esquema de aterramento possui um ponto da alimentação diretamente aterrado, estando as massas da instalação ligadas a eletrodo(s) de aterramento eletricamente distinto(s) do eletrodo de aterramento da alimentação?
- 2) Qual a descrição, com relação aos tipos de linhas elétricas, para o esquema ilustrativo abaixo?



- 3) Qual a seção mínima do condutor proteção, quando o condutor fase possuir uma seção de 40 mm²?
- 4) Qual a distância máxima, para os pontos de tomada de uso específico, do ponto previsto para a localização do equipamento a ser alimentado?

Padrão de Resposta:

O candidato deve contemplar em seu texto as seguintes informações:

1 – Esquema TT

2 – Cabo multipolar em eletroduto de seção circular embutido em parede termicamente isolante

3 – 20mm²

4 – 1,5 metros

Exemplo:

Conforme NBR 5410 de 2008 (Instalações elétricas de baixa tensão), o esquema de aterramento possui um ponto da alimentação diretamente aterrado, estando as massas da instalação ligadas a eletrodo(s) de aterramento eletricamente distinto(s) do eletrodo de aterramento da alimentação, é o esquema TT.

É sabido que a figura apresentada representa o cabo multipolar em eletroduto de seção circular embutido em parede termicamente isolante.

A seção mínima do condutor proteção, quando o condutor fase possuir uma seção de 40 mm², deverá ser metade desse valor, ou seja, 20mm².

A distância máxima, para os pontos de tomada de uso específico (TUE), do ponto previsto para a localização do equipamento a ser alimentado, deverá ser de 1,5 metros.

CARGO: 417 – FARMACÊUTICO

Não houve candidatos habilitados na prova objetiva



CARGO: 418 - FISIOTERAPEUTA

Questão 01

A ventilação mecânica invasiva é usada em UTI a fim de manter um suporte ventilatório naqueles pacientes em estado grave. Após a intubação e a escolha do tipo de ventilação, descreva como seriam os parâmetros ventilatórios iniciais que você regularia no ventilador mecânico.

Padrão de Resposta:

A ventilação mecânica invasiva é usada em UTI a fim de manter um suporte ventilatório naqueles pacientes em estado grave. Após a intubação e a escolha do tipo de ventilação, descreva como seriam os parâmetros ventilatórios iniciais que você regularia no ventilador mecânico.

É recomendado utilizar volume corrente de 6mL/Kg/peso predito e reavaliar de acordo com a evolução do quadro clínico. É recomendado também iniciar FiO₂ de 100% e após 30 min reduzir progressivamente objetivando FiO₂ < 0,4.

A frequência respiratória (fr) deve ser ajustada de acordo com a necessidade do paciente e de 12 a 16 ipm para a maioria dos pacientes estáveis e evitar formação de autoPEEP se frequência for alta, geralmente acima de 20ipm; se for paciente DPOC recomenda fr < 12ipm e pacientes com doença restritiva utilizar >20ipm.

Nos ciclos controlados, um pico de fluxo entre 40 e 60L/min é suficiente e Pico de Pressão Inspiratória < 40cmH₂O. PEEP 3 a 5cmH₂O (fisiológico). Disparo ou Triger de -0,5 a -2cmH₂O. Relação I:E (inspiração/expiração) será de 1:2 ou 1:3. Driving pressure não deve exceder 15cmH₂O.

Questão 02

A escala Medical Research Council (MRC) é um instrumento que avalia a força muscular em pacientes críticos. Descreva como e quando deve ser realizada a avaliação da força muscular, os movimentos a serem avaliados e a pontuação condizente com fraqueza muscular.

Padrão de Resposta:

A escala Medical Research Council (MRC) é um instrumento que avalia a força muscular em pacientes críticos. Descreva como e quando deve ser realizada a avaliação da força muscular, os movimentos a serem avaliados e a pontuação condizente com fraqueza muscular.

A imobilidade, bem comum no paciente crítico, pode comprometer diversos órgãos e sistemas com importantes limitações como perda de inervação e declínio na massa muscular.

Existe uma perda de 4% a 5% da força muscular periférica do paciente por semana durante um período de imobilidade. Sendo assim, é importante o início da mobilização precoce para não reduzir a força muscular.

A avaliação de redução da força poderá ser avaliada já com uma semana de imobilização. A força muscular é avaliada segundo os critérios do Medical Research Council (MRC) em 12 grupos musculares, bilateralmente, indo até 60 pontos.

Essa força é medida a beira leito e o paciente deve a pontuação varia de 0 a 5 pontos em cada movimento, sendo avaliado os seguintes movimentos para os membros superiores:



abdução do ombro, flexão do cotovelo, extensão de punho) e para os membros inferiores os seguintes movimentos (flexão de quadril, extensão de joelho, dorsiflexão de tornozelo).

Se a força representar 0, significa dizer que não existe nenhuma força ou seja ausência de contração muscular visível ou palpável; se a força representar 1, significa dizer que existe contração visível nos músculos mas porém incapaz de realizar movimento; se a força representar 2, significa dizer que existe movimento ativo em toda a sua amplitude de movimento do paciente com eliminação da gravidade; se a força avaliada for 3, significa que o paciente realizou movimento ativo contra a gravidade, completando a amplitude de movimento; se a força representar 4 é porque houve movimento ativo do paciente contra uma resistência moderada completando a amplitude de movimento e se a força representar 5, a força do paciente é considerada normal pois completou toda a amplitude de movimento contra uma resistência intensa.

Quando um escore total for abaixo de 48/60 designa ICUAW (fraqueza muscular adquirida na unidade de terapia intensiva ou fraqueza significativa), e escore total MRC abaixo de 36/48 indica fraqueza grave.

Questão 03

A doença de Parkinson é uma doença neurodegenerativa e ao longo da progressão da doença traz inúmeros prejuízos motores ao paciente. Descreva a patologia, etiologia, causas, características, quadro clínico com os principais sinais clássicos e tratamento adequado do paciente com a doença de Parkinson.

Padrão de Resposta:

A Doença de Parkinson é uma doença lentamente progressiva e neurodegenerativa das células localizadas na substância negra. Essas células produzem uma substância chamada dopamina, principal neurotransmissor dos gânglios basais, que conduz as correntes nervosas (neurotransmissores) ao corpo. A falta ou diminuição da dopamina afeta os movimentos do paciente, provocando os sintomas como tremores em repouso, rigidez muscular, movimentos lentos e diminuídos (bradicinesia) e, com o tempo, instabilidade postural e/ou de marcha, sendo o diagnóstico clínico. Apesar dos avanços científicos, ainda continua incurável e a sua causa ainda continua desconhecida até hoje.

Em relação à etiologia é idiopática. Não há evidências de que seja hereditária, mas, é provável que haja predisposição genética, pelo menos em alguns casos da doença de Parkinson. Cerca de 10% dos pacientes têm história familiar de doença de Parkinson. Vários genes anormais foram identificados. Nas formas genéticas, a idade no início tende a ser mais jovem, mas o curso é tipicamente mais benigno do que doença de Parkinson de início tardio presumivelmente não genética.

Os sinais clássicos são bradicinesia, tremor na ausência de movimento, rigidez muscular plástica e instabilidade postural, freezing na marcha, também existem outros sinais como, alterações de cognição, face amímica, perda de olfato, hipofonia, micrografia, sialorreia, dificuldade de planejamento motor e aprendizado motor.

Por fim, o tratamento consiste de medicamentos como levodopa, que são essenciais. A fisioterapia é extremamente importante para manter, melhorar e prolongar a qualidade de vida. O tratamento visa tratar os sinais clínicos como: rigidez, bradicinesia, déficit de equilíbrio, distúrbios da marcha, fraqueza muscular, redução da amplitude articular, prevenindo inatividade e imobilismo.

A função cognitiva também deve ser avaliada. A atividade física, é um complemento



indispensável ao tratamento da doença de Parkinson, e tão importante quanto os medicamentos. Os exercícios permitem que o tratamento tenha melhor eficácia, inclusive para melhorar o estado psicológico do paciente. Os exercícios físicos conservam a atividade muscular e flexibilidade articular, reduzindo a rigidez, que limita a amplitude dos movimentos. A caminhada nórdica também se faz benéfica; a realidade virtual se mostra ferramenta importante; programas realizados em grupos demonstram ser eficazes e vantajosos.

CARGO: 419 – FONOAUDIÓLOGO

Não houve candidatos habilitados na prova objetiva

CARGO: 420 - GERONTÓLOGO

Questão 01

“Homens e mulheres acima de 60 anos representam aproximadamente 14,26% (2020) da população brasileira. Segundo projeções do IBGE, em 2060 os idosos devem chegar a ser aproximadamente um terço dos brasileiros (32,2% da população). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1940 as pessoas viviam, em média, até os 45,5 anos de idade. Devido aos avanços da medicina e às melhorias nas condições gerais de vida, em 2008 a expectativa de vida chegou a quase 73 anos. Caso as projeções se confirmem, em 2050 se atingirá o patamar dos 81 anos, semelhante ao atual da Islândia, Hong Kong, China e Japão. Esse crescimento representa uma conquista social, e resulta da melhoria das condições de vida, com ampliação do acesso a serviços médicos preventivos e curativos, avanço da tecnologia médica, ampliação da cobertura de saneamento básico, aumento da escolaridade e da renda, entre outros determinantes.”

(<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/idosos-e-familia-no-brasil.pdf>)

Tendo como base os dados acima e a Lei 1.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, enumere os crimes citados no Art. 95 que são passíveis de ação penal.

Padrão de Resposta:

O candidato deve contemplar em seu texto algumas das seguintes informações:

- *Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade;*
- *Desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo;*
- *Deixar de prestar assistência à pessoa idosa, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública;*
- *Abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado;*



- *Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, da pessoa idosa, submetendo-a a condições desumanas ou degradantes ou privando-a de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado;*
- *Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade;*
- *Negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho;*
- *Recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;*
- *Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;*
- *Recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público*
- *Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente a pessoa idosa;*
- *Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da pessoa idosa, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade;*
- *Negar o acolhimento ou a permanência da pessoa idosa, como abrigada, por recusa desta em outorgar procuração à entidade de atendimento;*
- *Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa idosa;*
- *Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente;*
- *Coagir, de qualquer modo, a pessoa idosa a doar, contratar, testar ou outorgar procuração;*
- *Lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal.*

Questão 02

A doença de Chagas também conhecida como Tripanossomíase americana é uma infecção que pode ser causada pela ingestão de alimentos contaminados com parasitos provenientes de triatomíneos infectados pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*. Esta patologia pode se apresentar em fases sintomatológicas. Discorra sobre as fases da Doença de Chagas e seus sintomas e cite 2 modos de prevenção da infecção.

Padrão de Resposta:

O candidato deve contemplar em seu texto as seguintes informações:

A doença de Chagas pode apresentar sintomas distintos nas duas fases que se apresenta, que são a aguda e a crônica.

Na fase aguda, os principais sintomas são:

- *febre prolongada (mais de 7 dias);*
- *dor de cabeça;*
- *fraqueza intensa;*
- *inchaço no rosto e pernas.*



No caso de picada do barbeiro, pode aparecer uma lesão semelhante a um furúnculo no local

Após a fase aguda, caso a pessoa não receba tratamento oportuno, ela pode desenvolver a fase crônica da doença, inicialmente sem sintomas (forma indeterminada), podendo, com o passar dos anos, apresentar complicações como:

- problemas cardíacos, como insuficiência cardíaca;*
- problemas digestivos, como megacólon e megaesôfago.*

Em relação à transmissão oral, as principais medidas de prevenção são:

- Intensificar ações de vigilância sanitária e inspeção, em todas as etapas da cadeia de produção de alimentos suscetíveis à contaminação, com especial atenção ao local de manipulação de alimentos.*
- Instalar a fonte de iluminação distante dos equipamentos de processamento do alimento para evitar a contaminação acidental por vetores atraídos pela luz.*

Questão 03

Discorra sobre as políticas sociais para o idoso no contexto da crise capitalista.

Padrão de Resposta:

As políticas sociais são uma mediação entre economia e política, são permeadas por determinações econômicas, políticas e culturais e resultado de relações complexas e contraditórias estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil, no âmbito das lutas de classes. A política social atende tanto as necessidades do capital como também do trabalho.

Na atualidade, a crise capitalista assume novos contornos, com um aprofundamento da política neoliberal com duras investidas aos direitos sociais, humanos e trabalhista. As políticas sociais tornam-se cada vez mais residuais, há um desmonte dos direitos sociais, uma fragilização dos espaços de participação e controle democrático e um aumento dos níveis de desigualdade social e de pobreza (Behring, 2009).

REFERÊNCIA: Behring, E. R. Política social no contexto da crise capitalista. In: CFESS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

CARGO: 421 - GESTOR PÚBLICO-MODALIDADE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Questão 01

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, os contratos administrativos possuem algumas características peculiares em relação aos contratos privados. Uma dessas características é a possibilidade de alteração unilateral do contrato pela Administração Pública. Explique em que situações essa alteração é permitida, quais são os limites para essa alteração e quais são as garantias dadas ao contratado.



Padrão de Resposta:

A alteração unilateral do contrato pela Administração Pública é permitida em dois casos: quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos e quando houver acréscimos ou supressões no objeto do contrato.

A Lei nº 8.666/93 estabelece limites para essas alterações: os acréscimos ou supressões não poderão exceder 25% do valor inicial atualizado do contrato, para obras, serviços ou compras, e 50% para reforma de edifício ou de equipamento.

A garantia dada ao contratado é a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, ou seja, qualquer alteração que afete os custos do contratado deve ser acompanhada de uma compensação financeira que mantenha o equilíbrio inicial do contrato.

Questão 02

Os Poderes Administrativos são prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins. Entre esses poderes, está o Poder Disciplinar, que confere à Administração Pública a capacidade de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa. Explique as características do Poder Disciplinar e discuta a sua importância no contexto da Administração Pública.

Padrão de Resposta:

O Poder Disciplinar é uma prerrogativa da Administração Pública de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

Ele é um poder autônomo, não dependendo de provocação por parte de terceiros para ser exercido, e tem natureza vinculada, ou seja, quando verificada a infração, a Administração tem o dever de agir, não podendo deixar de aplicar a penalidade correspondente.

O Poder Disciplinar é fundamental para o funcionamento eficiente da Administração Pública, pois garante que os servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa atuem de acordo com as normas estabelecidas, contribuindo para a moralidade e a legalidade da atuação administrativa.

Além disso, contribui para a manutenção da hierarquia e da ordem dentro da Administração.

Questão 03

Os atos administrativos são componentes fundamentais no Direito Administrativo. São declarações do Estado que produzem efeitos jurídicos imediatos, com o objetivo de concretizar os interesses da coletividade. Explique as características que diferenciam um ato administrativo de um ato da administração pública e discuta a importância da distinção entre esses dois conceitos para a eficácia da Administração Pública.

Padrão de Resposta:

Os atos administrativos são declarações unilaterais de vontade da Administração Pública que produzem efeitos jurídicos imediatos, com o objetivo de concretizar os interesses da coletividade.

Já os atos da administração pública são um gênero mais amplo que inclui todos os atos praticados pelos órgãos e entidades da administração, sejam eles de natureza



administrativa, normativa ou privada.

A distinção entre esses dois conceitos é fundamental para a eficácia da Administração Pública, pois os atos administrativos estão sujeitos a requisitos e princípios específicos que não se aplicam aos atos da administração pública de natureza privada. Essa distinção é essencial para determinar o regime jurídico aplicável a cada ato, as possibilidades de controle e revisão, e as consequências jurídicas decorrentes de sua prática.

Além disso, a correta classificação dos atos contribui para a segurança jurídica, a previsibilidade das decisões administrativas e a proteção dos direitos dos administrados.

CARGO: 422 - INSPETOR DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Questão 01

Com base no texto da Lei 9.985, discorra acerca de como as Unidades de Proteção Integral são classificadas e quais são seus objetivos.

Padrão de Resposta:

As Unidades de Proteção Integral são um grupo de categorias de unidades de conservação, conforme estabelecido no Art. 8º. Este grupo é composto pelas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

Cada categoria tem seus próprios objetivos específicos. A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas (Art. 9º). A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais (Art. 10). O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Art. 11). O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica (Art. 12).

Além disso, cada categoria possui suas próprias restrições e regulamentos em relação à visitação pública, pesquisa científica e outras atividades. Por exemplo, a visitação pública é proibida nas Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, exceto quando com objetivo educacional (Art. 9º § 2º e Art. 10 § 2º).

A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas (Art. 9º § 3º, Art. 10 § 3º, Art. 11 § 3º).

Questão 02

Com base na Lei Complementar nº 889, de 4 de junho de 2018, elabore um texto explicando como o programa “IPTU Verde” incentiva a conservação ambiental em propriedades urbanas.

Padrão de Resposta:

O programa “IPTU Verde” foi criado pela Lei Complementar nº 889, de 4 de junho de



2018, com o objetivo de incentivar a conservação ambiental em propriedades urbanas. O programa concede isenção parcial do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para propriedades que conservam área arborizada e adotam outras medidas de interesse ambiental.

As propriedades elegíveis para a isenção parcial são divididas em duas categorias: propriedades urbanas edificadas e com finalidade residencial com área total de terreno de até 1.000m² (mil metros quadrados) e propriedades urbanas, edificadas ou não, com área total do terreno superior a 1.000m² (mil metros quadrados) (Art. 2º).

Para as propriedades na primeira categoria, os contribuintes podem obter descontos cumulativos no valor do IPTU para cada item especificado no Art. 3º, atingindo um desconto máximo de 20% (vinte por cento). Os itens incluem a instalação e utilização de sistema fotovoltaico (10% de desconto) e uma área permeável superior a 30% da área total do imóvel (6% de desconto). As condições de manutenção das áreas para fins desta Lei Complementar são especificadas por decreto do Executivo (Art. 2º Parágrafo único).

Dessa forma, o programa "IPTU Verde" incentiva a conservação ambiental em propriedades urbanas ao oferecer benefícios fiscais para aqueles que adotam medidas sustentáveis em suas propriedades. Isso pode encorajar mais proprietários a investir em tecnologias verdes e práticas sustentáveis, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Questão 03

Com base na Lei Complementar nº 850, de 11 de fevereiro de 2014, disserte sobre o objetivo do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara (PDDPA) e como ele busca alcançar esse objetivo.

Padrão de Resposta:

De acordo com a Lei Complementar nº 850, de 11 de fevereiro de 2014, o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Ambiental de Araraquara (PDDPA) tem como objetivo ordenar o pleno uso das funções sociais da cidade, estabelecendo normas de interesse social que regulem os espaços comuns, os bens públicos e a utilização da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental (Art. 2º).

Para alcançar esse objetivo, o PDDPA estabelece uma série de marcas e princípios que devem ser contemplados na implementação da política urbana. Essas marcas incluem cidadania, gestão democrática e qualidade de vida e desenvolvimento sustentável (Art. 4º).

Além disso, as políticas de desenvolvimento urbano ambiental devem assegurar princípios específicos, como a produção sustentável do município, a atenção especial aos seguimentos sociais em situações de vulnerabilidade e risco, a modernização institucional com programas de descentralização no processo de decisões e gestão do planejamento local e fiscalização, a proteção e recuperação do patrimônio cultural e ambiental, a parceria entre o Poder Público e a sociedade civil através de mecanismos transparentes, o fortalecimento da ação do Poder Público na produção, atração de investimentos e financiamento da cidade para o cumprimento de metas, programas e projetos e o estabelecimento de elos de articulação regional (Art. 5º).

Dessa forma, o PDDPA busca alcançar seu objetivo através da implementação de políticas públicas que promovam a cidadania, a gestão democrática e o desenvolvimento



sustentável em Araraquara. Essas políticas são orientadas por princípios específicos que visam garantir o equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico do município e a preservação do meio ambiente.

CARGO: 423 - INSPETOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Não houve candidatos habilitados na prova objetiva

CARGO: 424 - INSPETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Não houve candidatos habilitados na prova objetiva

CARGO: 426 - MÉDICO VETERINÁRIO

Questão 01

A classificação de resíduos sólidos envolve a identificação do processo ou atividade que lhes deu origem, de seus constituintes e características, e a comparação destes constituintes com listagens de resíduos e substâncias cujo impacto à saúde e ao meio ambiente é conhecido. A ABNT NBR 10004 classifica os resíduos sólidos perigosos por suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e patogenicidade. Explique como a ABNT NBR 10004 determina se um resíduo sólido é inflamável.

Padrão de Resposta:

O candidato deve contemplar em seu texto as seguintes informações:

Um resíduo sólido é caracterizado como inflamável (código de identificação D001), se uma amostra representativa dele, obtida conforme a ABNT NBR 10007, apresentar qualquer uma das seguintes propriedades:

- a) ser líquida e ter ponto de fulgor inferior a 60°C, determinado conforme ABNT NBR 14598 ou equivalente, excetuando-se as soluções aquosas com menos de 24% de álcool em volume;*
- b) não ser líquida e ser capaz de, sob condições de temperatura e pressão de 25°C e 0,1 MPa (1 atm), produzir fogo por fricção, absorção de umidade ou por alterações químicas espontâneas e, quando inflamada, queimar vigorosa e persistentemente, dificultando a extinção do fogo;*
- c) ser um oxidante definido como substância que pode liberar oxigênio e, como resultado, estimular a combustão e aumentar a intensidade do fogo em outro material;*
- d) ser um gás comprimido inflamável, conforme a Legislação Federal sobre transporte de produtos perigosos (Portariano 204/1997 do Ministério dos Transportes).*

Questão 02

Explique como ocorre a transmissão da brucelose entre bovinos e bubalinos.



Padrão de Resposta:

A transmissão da brucelose ocorre principalmente através da vaca prenhe, que elimina grandes quantidades do agente no parto ou aborto e em todo o período puerperal, contaminando as pastagens, a água, os alimentos e os fômites.

A infecção se inicia quando um animal suscetível ingere água e alimentos contaminados ou pelo hábito de lambar os bezerros recém-nascidos.

A bactéria também pode entrar pelas mucosas do nariz e dos olhos ao cheirar fetos abortados.

As fêmeas prenhes podem infectar suas crias no útero, durante ou logo após o parto.

A transmissão pela monta natural não possui grande importância, pois o sêmen é depositado na vagina da fêmea, onde há células de defesa que dificultam o processo de infecção.

Contudo, a inseminação artificial constitui uma importante via de transmissão e forma de difusão da doença nos rebanhos se utilizado sêmen de machos infectados, pois é introduzido diretamente no útero.

A principal forma de entrada da brucelose em uma propriedade é pela introdução de animais infectados. Quanto maior a frequência de introdução de animais, maior o risco de entrada da doença no rebanho.

Por essa razão, não se deve introduzir no plantel animais de condição sanitária desconhecida, sendo imprescindível a exigência de testes de diagnóstico para tal.

Questão 03

Disserte sobre a natureza, a competência e a jurisdição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de acordo com a LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999.

Padrão de Resposta:

De acordo com a LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro no Distrito Federal, prazo de duração indeterminado e atuação em todo território nacional.

A competência da ANVISA é regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública. A competência da União será exercida pelo Ministério da Saúde, pela ANVISA, e pelos demais órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

A ANVISA desempenha um papel crucial na proteção e promoção da saúde pública no Brasil. Ela é responsável por definir a política nacional de vigilância sanitária, normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde.

Portanto, a ANVISA tem um papel fundamental na garantia da segurança dos produtos e serviços relacionados à saúde no Brasil.

CARGO: 427 - NUTRICIONISTA

Questão 01

A promoção da saúde é formada por um conjunto de estratégias focadas na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e coletividades, podendo se materializar por meio de



políticas, estratégias, ações e intervenções no meio. Tais estratégias, ações e intervenções têm como objetivo atuar sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde, de forma intersetorial e com participação popular. Nesse contexto, a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) tem por objetivo apoiar Estados e municípios brasileiros no desenvolvimento da promoção e proteção à saúde da população, possibilitando um pleno potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. Levando em consideração a Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no SUS - Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil: enumere os seus objetivos, explique como deve ser a sua implementação e qual a importância dos tutores para a execução dessa estratégia.

Padrão de Resposta:

A Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil objetiva: I - qualificar as ações de promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável para crianças menores de 2 (dois) anos de idade; e II - aprimorar as competências e habilidades dos profissionais de saúde para a promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar como atividade de rotina das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

A Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil deverá ser implementada por meio de oficinas de formação de tutores e de oficinas de trabalho nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde as oficinas de formação de tutores têm por objetivo qualificar profissionais de saúde para apoiar o fortalecimento, planejamento, implementação e avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável nas UBS, de forma contínua, considerando a educação permanente em saúde, com base nos princípios da educação crítico-reflexiva.

Já as oficinas de trabalho nas UBS têm por objetivo discutir a prática do aleitamento materno e alimentação complementar saudável no contexto do processo de trabalho das UBS; incentivar a pactuação de ações para promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável, de acordo com a realidade local e; estimular a construção das relações de cooperação entre a equipe e os diferentes níveis de atenção, por meio do apoio matricial e da construção de linhas de ação.

Por fim, os tutores da Estratégia são os profissionais responsáveis por multiplicar a Estratégia e realizar oficinas de trabalho nas UBS do seu âmbito de atuação, apoiando o planejamento, o acompanhamento e/ou fortalecimento de ações de promoção, proteção e o apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável nas UBS.

Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 1.920, DE 5 DE SETEMBRO DE 2013. Institui a Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde (SUS) -Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil. Arts. 2º, 4º e 5º. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1920_05_09_2013.html

Questão 02

Considerando as evidências e o impacto positivo da fortificação com múltiplos micronutrientes na redução da anemia e outras carências nutricionais específicas e a participação no pleno desenvolvimento infantil, em 2014, foi iniciada, em uma parceria dos Ministérios da Saúde e da Educação, a estratégia de fortificação da alimentação infantil com



micronutrientes em pó – NutriSUS. Assim sendo, explique o que é a estratégia NutriSus, qual é seu objetivo e quais devem ser os passos para a sua implantação no município.

Padrão de Resposta:

O NutriSUS consiste na adição direta de micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó aos alimentos que a criança, com idade entre 6 e 48 meses irá consumir em uma de suas refeições diárias oferecidas nas creches vinculadas ao Programa Saúde na Escola (PSE). A estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó – NutriSUS visa potencializar o pleno desenvolvimento infantil, a prevenção e o controle das deficiências de vitaminas e minerais na infância, especialmente a anemia e a deficiência de ferro.

O NutriSUS integra a Ação Brasil Carinhoso, componente do Plano Brasil Sem Miséria, a partir da prioridade de cuidado integral de crianças de zero a seis anos. E os passos para implementação no município são:

Passo 1: Articulação dos Grupos de Trabalho Intersetoriais Municipais (GTI-M) do PSE com as demais áreas envolvidas com a estratégia de prevenção e controle da anemia no município (Alimentação e Nutrição, Atenção Básica, Saúde da Criança, Assistência Farmacêutica, Responsável técnico da PNAE, Educação infantil, etc).

Passo 2: Definição pelo GTI-M do período de intervenção nas creches aderidas, fluxo de distribuição dos sachês, período de intervenção, etc;

Passo 3: Capacitação das equipes de Atenção Básica e Educação envolvidas;

Passo 4: Reunião com os pais e/ou responsáveis pelas crianças para abordar o funcionamento da Estratégia; apresentar o Termo de Consentimento; solicitar que disponibilizem a Caderneta de Saúde da Criança para que a suplementação com os sachês seja registrada.

Passo 5: Os suplementos serão armazenados na central de medicamentos/almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde ou nas Unidades Básicas de Saúde de referência para execução nos estabelecimentos de ensino e devem ser distribuídos gradualmente, conforme a demanda de uso nas creches partícipes da ação, sob supervisão e acompanhamento das equipes de atenção básica vinculadas às creches.

Passo 6: A distribuição dos sachês às crianças da creche deve ser oferecida junto a qualquer uma das refeições do dia e não requer mudança de prática/rotina de preparação das refeições. Assim, deve ser misturado, exclusivamente, aos alimentos prontos para o consumo, ou seja, diretamente no prato em que a criança vai comer a refeição.

Passo 7: Deve ser registrado na Ficha de Controle de Distribuição dos Suplementos a distribuição dos sachês às crianças nas creches.

Passo 8: O monitoramento da estratégia de fortificação com sachês de micronutrientes em pó será realizado da mesma maneira que as demais ações do Componente II, ou seja, por meio do SIMEC, no momento da avaliação anual do PSE.

O controle de estoque dos sachês segue a lógica da assistência farmacêutica no município e deve ser realizado da mesma maneira que o controle dos outros insumos sob responsabilidade das equipes de atenção básica.

BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção e Controle de Agravos Nutricionais. NutriSus - Perguntas Frequentes (faq). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/nutrisus/faq>



Questão 03

Identificar o padrão de consumo alimentar, tanto individual quanto coletivo, é essencial para orientar as ações de atenção integral à saúde e, principalmente, para promover a melhoria do perfil alimentar e nutricional da população. Assim, realizar avaliação do consumo de alimentos na rotina da Atenção Básica é uma ação estratégica de cuidado em saúde, especialmente no acompanhamento individual, o qual potencializa as demais ações de prevenção e de tratamento realizadas no cotidiano dos serviços. Levando em consideração o caderno “Orientações para Avaliação de Marcadores de Consumo Alimentar na Atenção Básica”, descreva o que deve ser aferido e avaliado pelo profissional de saúde em cada fase da vida: crianças menores de 6 meses; crianças de 6 a 23 meses e 29 dias; e crianças de 2 a 9 anos, adolescentes, adultos, idosos e gestantes.

Padrão de Resposta:

Quando uma criança menor de 6 meses for levada ao estabelecimento de saúde para uma consulta de crescimento e desenvolvimento, ela deverá ser pesada e medida.

Além do conjunto de ações que deve compor essa consulta, como a avaliação da adequação do peso e o comprimento do bebê, é importante avaliar as características do aleitamento materno.

Em crianças de 6 a 23 meses e 29 dias, além do peso e comprimento, deve-se aplicar formulário específico de marcadores de consumo alimentar para caracterizar a alimentação a partir dos 6 meses de idade e a adoção de comportamento de risco, tanto para a avaliação do consumo alimentar como para a ocorrência de deficiência de micronutrientes e excesso de peso.

Por fim, no atendimento a crianças maiores de 2 anos, adolescentes, adultos, idosos e gestantes deve-se aplicar formulário específico de marcadores de consumo alimentar para identificar padrões de alimentação e comportamento saudáveis ou não saudáveis.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. p. 11 – 12.

CARGO: 428 - PEDAGOGO

Questão 01

Pesquisas atuais nas áreas da educação, psicologia e neurociência comprovam que o processo de aprendizagem é único e diferente para cada ser humano. Cada indivíduo aprende o que é mais relevante e que faz sentido para si, o que gera conexões cognitivas e emocionais. Nesse contexto, as Metodologias ativas surgem como uma possibilidade de reinvenção das práticas pedagógicas e de atender às necessidades dos estudantes, em meio às demandas da cultura digital. Considerando tais perspectivas, disserte sobre a concepção de ensino e aprendizagem que fundamenta essas metodologias.

Padrão de Resposta:

A intensa expansão do uso social das tecnologias digitais de informação e



comunicação (TDIC) sob a forma de diferentes dispositivos móveis conectados à internet sem fio, utilizados em diferentes espaços, tempos e contextos, observada na segunda década do século XXI, gerou e continua gerando mudanças sociais que provocam a dissolução de fronteiras entre espaço virtual e espaço físico e criam um espaço híbrido de conexões. Na convergência entre espaços presenciais e virtuais surgem novos modos de expressar pensamentos, sentimentos, crenças e desejos, por meio de uma diversidade de tecnologias e linguagens midiáticas empregadas para interagir, criar, estabelecer relações e aprender. Essas mudanças afetam a escola à medida que provocam a necessidade de participação e colaboração, posicionamentos críticos em relação à tecnologia, à informação e ao conhecimento, influenciam a cultura levando à emergência da cultura digital.

As Metodologias ativas apontam a possibilidade de transformar aulas em experiências de aprendizagem mais vivas e significativas para os estudantes da cultura digital, cujas expectativas em relação ao ensino, à aprendizagem e ao próprio desenvolvimento e formação são diferentes do que expressavam as gerações anteriores. Os estudantes que estão, hoje, inseridos nos sistemas de educação formal requerem de seus professores habilidades, competências didáticas e metodológicas para as quais eles não foram e não estão sendo preparados, no sentido de construir uma educação inovadora e repleta de significados.

Para impulsionar o engajamento dos estudantes nos processos de ensino e aprendizagem é premente que estes sejam considerados como protagonistas do processo, de modo que o processo de ensinar e aprender seja construído a partir da efetiva participação dos alunos na construção da sua aprendizagem, valorizando as diferentes formas pelas quais eles podem ser envolvidos nesse processo para que aprendam melhor, em seu próprio ritmo, tempo e estilo. Os alunos constroem o conhecimento por meio da exploração, da navegação, da comunicação, da troca, da representação, da criação/recriação, organização/reorganização, ligação/religação, transformação e elaboração/reelaboração (ALMEIDA, 2005).

Tais experiências analisam práticas pedagógicas que superam as abordagens educacionais centradas na fala do professor, na leitura do livro e na passividade do estudante, que apenas responde às questões que lhe foram solicitadas. Isso não significa a destruição da escola e da instituição educativa, mas a ressignificação das mesmas, abertura de seus espaços e tempos em interconexão com a cultura digital.

Fonte: MORAN, J.; BACICH, L.(Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática [recurso eletrônico].Porto Alegre: Penso, 2018.

Questão 02

Tópico: O Projeto político-pedagógico como orientador do planejamento escolar, da proposta curricular e dos projetos de ensino-aprendizagem concebidos como instrumentos necessários à gestão do trabalho em sala de aula.

Segundo Farias (2014), planejar não é uma ação neutra. Tal ação é historicamente situada e serve tanto para a manutenção do *status quo* quanto para a mudança do contexto educacional. O planejamento acontece em três níveis: macro, referindo-se à definição das políticas educacionais federais, estaduais e municipais; intermediário, abrangendo a elaboração dos planos de ação das instituições; e micro, quando planejadas as situações de ensino. Disserte sobre as especificidades de cada nível de planejamento, considerando suas interfaces e os sujeitos envolvidos em cada processo.



Padrão de Resposta:

Planejar é uma ação primordial no contexto educacional. O planejamento da educação brasileira atualmente é feito com uma organização por níveis que se inter-relacionam e são indissociáveis. Esses níveis podem ser agrupados em três: o planejamento educacional, o planejamento institucional/escolar e o planejamento de ensino (FARIAS, 2014).

No que se refere ao planejamento educacional - que é considerado o mais amplo e abrangente e prevê a estruturação e o funcionamento da totalidade do sistema educacional, a nível de políticas públicas - agem articuladamente técnicos e especialistas educacionais do Poder Público.

O planejamento institucional ou escolar dá-se mediante a elaboração do regimento escolar, do Projeto Político-Pedagógico e de outros instrumentos internos à escola e envolve todos os sujeitos escolares, apesar de orquestrado pela direção e coordenação pedagógica da escola.

O planejamento de ensino é compreendido como uma atividade direcional, metódica e sistematizada que será empreendida pelo professor junto a seus alunos, em busca de propósitos definidos, permitindo realizar previsões do que se deseja alcançar através dos objetivos, mas, além disso, ele proporciona definir os resultados que se deseja alcançar.

Nesse contexto, o professor é um dos sujeitos responsáveis pela organização do trabalho educativo no âmbito escolar e da sala de aula, mas não o único, uma vez que a escola é composta por muitos sujeitos.

No contexto de planejamento, a atuação do professor acontece por meio da sua participação no delineamento, atualização e revisão do PPP da escola, bem como no planejamento de ensino, que envolve sua ação didática propriamente dita.

Cabe destacar que os níveis de planejamento se inter-relacionam e são indissociáveis, uma vez que objetivam a efetividade dos processos de ensino-aprendizagem.

Fonte: FARIAS, I. M. S. de et. al. **Didática e docência:** aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2014. Coleção Formar.

Questão 03

Segundo Farias et. al. (2014), a expressão “aula nossa de cada dia” faz referência à conhecida fórmula datada nos primórdios da escola jesuítica no Brasil, sistematizada na *Ratio Studiorum* em cinco passos: a prelação do conteúdo feito pelo professor; a contenda ou emulação; memorização, expressão e imitação. Tempos depois, Herbart reorganiza tais momentos de aula em: preparação, apresentação, assimilação, generalização e aplicação. Comente sobre aspectos em comum desses modos de organização da aula, que datam do século XVI, mas que ainda podem ser encontrados em práticas docentes atuais.

Padrão de Resposta:

Nos dois modelos de ensino citados no enunciado, o conhecimento é tido como acabado, imutável e dogmático, completamente desvinculado do contexto em que é produzido.

O conteúdo é transmitido pelo professor aos seus alunos como algo inquestionável, tornando a aula um espaço de contemplação, audição e repetição.

Ao trabalhar o conhecimento nessa perspectiva, o professor provoca nos alunos a sensação de impotência e de incapacidade cognitiva.

Nesse sentido, prevalece a passividade dos estudantes diante do que será ensinado,



fortalecendo a ideia de aula como espaço de reprodução e reforço das relações sociais dominadoras.

Fonte: FARIAS, I. M. S. de et. al. **Didática e docência:** aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2014. Coleção Formar.

CARGO: 429 - PSICÓLOGO

Questão 01

Tendo como base a lei Maria da Penha de 7 de agosto de 2006 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Apresente pelo menos três exemplos de cada violência abaixo como descritas na lei:

- a) Violência psicológica.
- b) Violência sexual.
- c) Violência patrimonial.

Padrão de Resposta:

O candidato deve contemplar em seu texto as seguintes informações:

- *A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.*
- *A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.*
- *A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.*



Questão 02

“Homens e mulheres acima de 60 anos representam aproximadamente 14,26% (2020) da população brasileira. Segundo projeções do IBGE, em 2060 os idosos devem chegar a ser aproximadamente um terço dos brasileiros (32,2% da população). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1940 as pessoas viviam, em média, até os 45,5 anos de idade. Devido aos avanços da medicina e às melhorias nas condições gerais de vida, em 2008 a expectativa de vida chegou a quase 73 anos. Caso as projeções se confirmem, em 2050 se atingirá o patamar dos 81 anos, semelhante ao atual da Islândia, Hong Kong, China e Japão. Esse crescimento representa uma conquista social, e resulta da melhoria das condições de vida, com ampliação do acesso a serviços médicos preventivos e curativos, avanço da tecnologia médica, ampliação da cobertura de saneamento básico, aumento da escolaridade e da renda, entre outros determinantes.”

(<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/idosos-e-familia-no-brasil.pdf>)

Tendo como base os dados acima e a Lei 1.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa. Enumere os crimes citados no Art. 95 que são passíveis de ação penal.

Padrão de Resposta:

O candidato deve contemplar em seu texto as seguintes informações:

- *Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade;*
- *Desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo;*
- *Deixar de prestar assistência à pessoa idosa, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública;*
- *Abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado;*
- *Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, da pessoa idosa, submetendo-a a condições desumanas ou degradantes ou privando-a de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado;*
- *Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade;*
- *Negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho;*
- *Recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;*
- *Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;*
- *Recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público*
- *Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente a pessoa idosa;*



- *Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da pessoa idosa, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade;*
- *Negar o acolhimento ou a permanência da pessoa idosa, como abrigada, por recusa desta em outorgar procuração à entidade de atendimento;*
- *Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa idosa;*
- *Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente;*
- *Coagir, de qualquer modo, a pessoa idosa a doar, contratar, testar ou outorgar procuração;*
- *Lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal.*

Questão 03

A Portaria nº. 3088, de dezembro de 2011, institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do sistema único de Saúde (SUS). Partindo do conhecimento sobre a lei apresente os componentes que são constituídos à rede de atenção psicossocial.

Padrão de Resposta:

O candidato deve contemplar em seu texto as seguintes informações:

- a) Unidade Básica de Saúde;*
- b) Equipe de atenção básica para populações específicas: Equipe de Consultório na Rua e Equipe de apoio aos serviços do componente Atenção Residencial de Caráter Transitório;*
- c) Centros de Convivência;*
- d) Centros de Atenção Psicossocial, nas suas diferentes modalidades: atenção de urgência e emergência, formada pelos seguintes pontos de atenção: SAMU 192; Sala de Estabilização; UPA 24 horas; portas hospitalares de atenção à urgência/pronto socorro; Unidades Básicas de Saúde, entre outros;*
- e) atenção residencial de caráter transitório, formada pelos seguintes pontos de atenção: Unidade de Recolhimento; Serviços de Atenção em Regime Residencial;*
- f) Atenção hospitalar, formada pelos seguintes pontos de atenção: enfermaria especializada em Hospital Geral; serviço Hospitalar de Referência para Atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas;*
- g) Estratégias de desinstitucionalização, formada pelo seguinte ponto de atenção: Serviços Residenciais Terapêuticos; e reabilitação psicossocial.*

CARGO: 430 - TERAPEUTA OCUPACIONAL

Não houve candidatos habilitados na prova objetiva